

Pedro Pereira Leite



HERANÇAS DO MAR SALGADO

A geocultura na Estratégia do Mar



2013



Miguel Horta: Coração

Leite, Pedro Pereira, 1960 -

ISBN- 978-972-8750-15-2

Título: Heranças do Mar Salgado: Geocultura e Estratégia do Mar

Autor, Pedro Pereira Leite

Edição: Marca d' Água: Publicações e Projetos

1ª edição

Local de Edição: Lisboa/ Ilha de Moçambique

Lisboa, 2014

Depósito Legal 379096/14



Heranças do Mar Salgado

A geocultura e a Estratégia do Mar

*Em memória de
Mário Jorge Vergas Rocha*



Helena Vaz da Silva: História Trágico Marítima, 1944, Centro Arte Moderna, Lisboa

Índice

8

Apresentação	11
A Viagem	18
Paisagens	19
Poética do Espaço	20
Análise das Narrativas	21
O espaço das comunidades marítimas	22
Narrativa da experiência do Olhar	24
Representações Cartográficas do Espaço Estratégico Português	36
Representações do Espaço Nacional na Cartografia	40
Ensaio de interpretação	45
Unidades de Paisagem	47
Guadiana	48
Ria Formosa	49
Arade	51
Mira	52
Sado	53
Tejo	55
Ribeiras da Estremadura	57
Rio Lis	58
Rio Mondego	59
Rio Vouga	61
Rio Douro	63
Rio Ave	64
Rio Cávado	65
Rio Lima	66
Rio Minho	67
Síntese	68
Lugares de memória das heranças marítimas	70
Dimensão de Análise do Espaço	73
Dimensão de análise dos lugares de memória	75

Análise dos Resultados.....	76
Elementos base para a geo cultura do mar	84
Geoestratégia e Geopolítica do Mar	94
A geocultura na Estratégia do Mar em Portugal.....	110
Para uma poética das heranças marítimas	120
Bibliografia	125



Aquarelas de Roque Gameiro: (1864-1935). Artista que retratou inúmeras cenas da vida pitoresca do seu tempo, incluindo o lazer nas praias, as atividades piscatória e a paisagem marítima



Ilustração 1 Horácio Novais

Apresentação

Esta publicação resulta dum trabalho de investigação que realizamos em 2012 no âmbito do Instituto de Defesa Nacional em Lisboa

Nele problematizamos as heranças e os patrimónios marítimos de Portugal, o âmbito da visão do mar na então discussão o âmbito da Estratégia Nacional.

Partimos do senso comum que surge em tantas narrativas identitárias sobre a condição marítima e da relevância do mar na formação da identidade nacional, para procurar discutir o conceito de geocultura na estratégia do mar.

A pertinência da abordagem do património marítimo da nação é um tema que será consensualmente reconhecido. Bastará a evocação metafórica da poética de Fernando Pessoa em *Mar Português* que escreve “Oh mar salgado, quando do teu sal são lágrimas de Portugal” (Pessoa, 1997, 40), para o justificar com um magma primordial onde assenta a essência nacional.

As grandes linhas da história da nação neste último século também atribuem uma elevada relevância à escrita sobre o mar. Será pertinente salientar, no âmbito das relações internacionais, que nestes últimos quarenta anos dos três

pilares da estratégia de afirmação da nação no mundo, dois – a atlanticidade e a lusofonia, assentam na relação com o mar.

A geografia do território, incluindo os seus elementos insulares está também profundamente ligada a essa condição marítima. De fato, como mais à frente veremos a partir da apresentação da representação cartográfica, o território grosso modo corresponde à fachada da Meseta Ibérica, incluindo as bacias hidrográficas que drenam do Maciço Central. Uma condição marítima que marca o clima, o solo, a cultura das gentes, as festas e a alimentação.

Será portanto natural que a herança marítima seja uma narrativa patrimonial com relevância nos lugares de memória.

A Estratégia pode definir-se como uma forma de olhar o real. A estratégia para o mar, como veremos mais à frente, assume-se como uma estratégia nacional. Uma forma de afirmar os desígnios da nação. Os desígnios que num determinado momento assumem a dominância entre os elementos de determinado grupo.

Ao estabelecer esses grandes desígnios, que se podem traduzir como propostas de ação ou políticas, é vulgar parir duma análise dos contextos e das circunstâncias que ocorrem num determinado espaço. O Diagnóstico estratégico, essa tal visão do real, parte do que em estratégia se chamam os elementos fundamentais. Elementos invariáveis como o território, as populações, os recursos disponíveis. É sobre esses elementos que se fundamentam os seus modos de uso.



Ilustração 2 Horácio Novais S/d

O nosso propósito é olhar para o modo como essas heranças marítimas são trabalhadas no âmbito da estratégia do mar. Partindo duma análise do que se observa no território, no modo como as heranças são apresentadas, procuramos cruzar com as propostas da Estratégia para o mar. Verificar se o real foi tomado em consideração, se foi diagnosticado e as propostas apresentadas correspondem a uma possibilidade de ação ou, se pelo contrário, essa estratégia não os levou em consideração e, como consequência, os seus objetivos não são mais do que desejos de alguns, sem que esses desejos tenham adesão ao tal modo de ver o real.

É certo que esta abordagem tem um problema. Um problema que tem a ver com a nossa visão do real. Digamos para simplificar que esse problema constitui a validade e o limite do trabalho.

A validade do trabalho depende de se considerar a cultura como um dos elementos fundamentais duma estratégia nacional. Vários autores assim o afirmam, muito embora, como mais à frente veremos, a atual Estratégia do Mar pouca visibilidade lhe dá. Mas talvez isso sejam sinais dos tempos, onde a visão do real é marcado por uma certa hegemonia das fianças.

Quanto aos seus limites, prende-se com a relevância da cultura como projeto de política. Há quem considere, no campo da sociologia da cultura que o desenvolvimento dum paradigma implica formas de conhecimentos e práticas interdependentes. Por outro lado, há quem considere que a cultura não tem correspondência a nenhum sistema social, que é independente dele. A cultura ajustar-se-ia, ou se preferimos equilibrar-se-ia com as mudanças na economia.



Ilustração 3 Horácio Novais (s/d)

Não cabe aqui aprofundar a questão, mas ao longo deste trabalho iremos adicionando elementos para problematizar o modo como as heranças do mar e os diferentes processos patrimoniais que nele se ancoram estão a ser ou poderão vir a ser mobilizado como um elemento da estratégia para o mar.

O nosso objetivo é fornecer alguns elementos para **fundamentar uma análise da geocultura do mar**.

Partimos duma análise descritiva do espaço cultural marítimo. O território do mar. Percorremos esse espaço e usamos a metodologia da expedição. Descrevemos analisamos alguns lugares de memória nesse espaço e o modo do uso de espaço das suas comunidades e dos seus lugares de memória. Não é uma descrição exaustiva, nem do espaço nem dos lugares de memória. Procuramos

neles as relevâncias. Também neste trabalho não abordamos os casos específicos das regiões insulares.

A partir das metodologias de poética da viagem faremos uma leitura crítica do espaço, dos lugares de memória, das dinâmicas e tendências percebidas.

Os seus resultados são aqui apresentados com algumas revisões de forma. Não podemos deixar de agradecer neste trabalho ao General Pezerat Correia todas as indicações que nos forneceu e que nos ajudaram no âmbito da geoestratégia.



José de Almada Negreiros (1893-1970). Artista modernista português

A vida dos pescadores e os temas marítimos são constantes na sua obra.

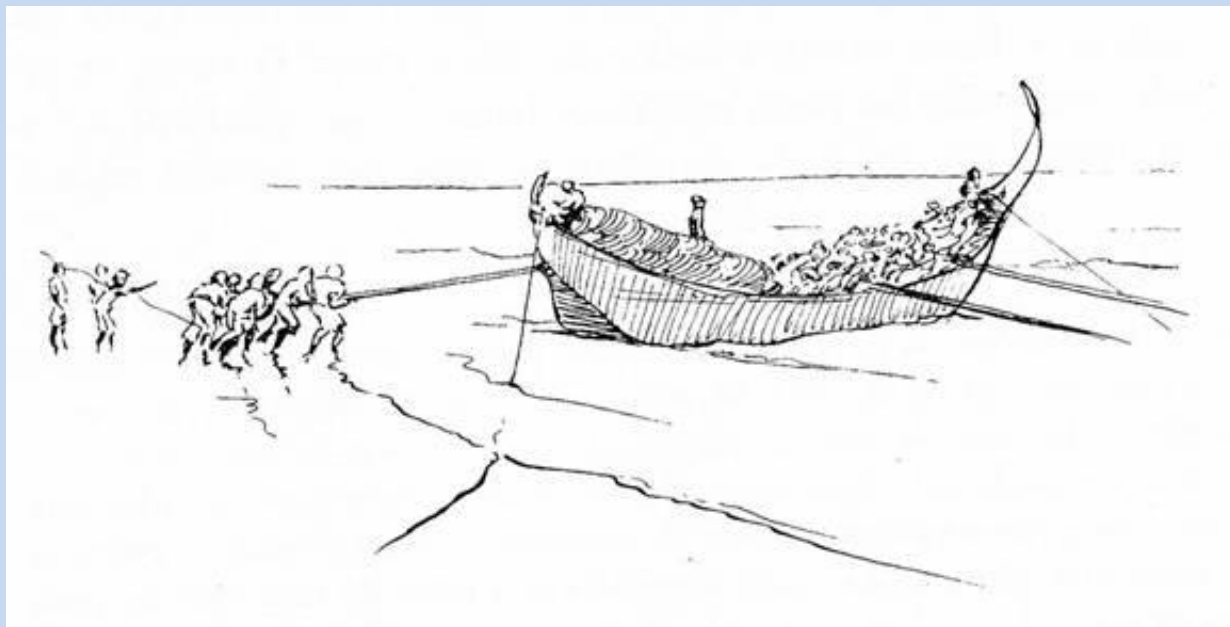
As imagens foram recolhidas no domínio público, e são aqui usadas para fins de investigação. As fotografias aos espaços de memórias foram tiradas durante a viagem. Infelizmente não foi possível revistar muitos dos lugares para preencher a totalidade da ilustração do livro.





Parte I





A Viagem

A viagem pelas *heranças do Mar Salgado* foi feita durante o verão de 2012, onde percorremos a costas portuguesas em busca dos seus lugares de memória.

A viagem foi feita de Sul para Norte, iniciando-se no Guadiana e terminando no Rio Minho. Nele procuramos problematizar o modo como as heranças do mar e os diferentes processos patrimoniais se ancoram numa estratégia para o mar. Partimos duma abordagem da geoestratégia e da geopolítica do mar para criarmos uma proposta para a consciência da necessidade de olhar para uma “**geocultura do mar**”.

A partir da ideia de geocultura do mar descrevemos o território numa perspectiva de análise de paisagens culturais no do espaço marítimo. A unidade de paisagem, cujo conceito aqui usamos parte da análise do território como categoria que inclui o espaço natural, o espaço humano e o espaço epistemológico.

As unidades de paisagem que aqui usamos são feitas ainda de forma, imperfeita como hipótese de trabalho. Para assumir a sua dimensão correta, deveríamos nelas proceder aos diagnósticos epistemológicos, que nesta fase do trabalho não foi possível. O diagnóstico epistemológico que deveria ser feito resultaria da aplicação do processo de cartografia das memórias que integra a nossa proposta de poética do espaço, que noutro local tratamos

19

O que aqui apresentamos, a partir das unidades de paisagem é o resultado da metodologia da expedição. Trata-se fundamentalmente de um processo de descrição e análise de alguns pontos de memória nesses espaços, como elemento significativo das formas como as comunidades que os habitam olham e se apropriam para os seus lugares de memória. Não foi uma descrição exaustiva, nem do espaço nem dos lugares de memória, dadas as circunstância de tempo e limite do trabalho.

Ao longo da nossa viagem verificamos que o mar é hoje um espaço de elevada atração para residência e para lazer. Para além do potencial de recursos que têm, da sua biodiversidade e contributo potencial para o futuro, ele é já hoje um importante espaço de produção económica. Portos, pescas, energias, aquacultura, investigação científica, produtos alimentares e farmacêuticos são apenas algumas dessas oportunidades que já hoje são aproveitadas. Há uma componente importante da população que vive em torno do mar. Entre eles sobressaem os homens do mar.

Os pescadores, uma comunidade em forte transformação nos modos de vida, nos locais de vida e nos modos de especialização económica. Muitos dos equipamentos de memória que visitamos acabam por ter nas pescas um motivo gerador. Modos de pesca chamados de tradicionais, de costa ou de alto mar; de embarcações, de pesca ou de transporte; de testemunhos biográficos de tecnologias. Trata-se duma “tradição” que a memória procura fixar. Uma tradição que vais subsistindo aqui e acolá, umas vezes ainda como modo de vida, outras mais como reinvenções das tradições. Seja através de arte seja através das festas, a tradição dos homens do mar lá vai afirmando-se, nuns casos como atração turística, noutros casos como formas de viver o presente.

Estas comunidades raramente emergem nos vários relatos sobre a reorientação do paradigma. Mas eles constituem um importante ativo nessa economia do mar. São detentores de saberes empíricos que podem ajudar bastante o futuro. Quando afirmamos que o país olha para o mar em vez de usar para o mar, estamos a esquecer que estes homens e mulheres continuaram, de



acordo com as suas regras e tradições a usar o mar. E lá continuam a espera de reconstruírem as suas narrativas

A nossa conclusão é de que este “esquecimento das heranças do mar” tem mais a ver com a forma como olhamos para o futuro do que com o aproveitamento dos recursos do presente. Por esse motivo, consideramos que a proposta estratégica de recentrar Portugal no mar deveria incluir um programa de trabalho com as memórias das comunidades marítimas. Estas comunidades poderiam constituir pontos nodais numa rede de recurso humanos voltados para a exploração.

Olhar para os espaços de comunidade marítimos na busca das suas narrativas é também um processo de implicar as comunidades no seu futuro, de desenvolver novos modos de governação. Resgatar o esquecimento é sobretudo olhar para o presente como possibilidade de ação. Concluimos com esta proposta incluir a “poética do espaço marítimo” no âmbito das estratégias de afirmação para o mar. Um desafio para reconstruir uma geopolítica cultural como vetor de afirmação da soberania e construção do bem-estar.

No final avançamos com a proposta de uma poética das heranças marítimas. Poética porque defendemos que apesar da relevância da economia do mar e dos seus recursos como desígnio estratégico, o modelo territorial do país e a definição das suas políticas públicas ainda se rege por um paradigma de planeamento territorial clássico. Propomos ultrapassar essa forma de planeamento para processar um novo paradigma de planeamento a partir das vontades das comunidades e a partir dos recursos locais no âmbito das suas dinâmicas contextuais.



Poética do Espaço

O modelo de análise que parte da sua dimensão poética para efetuar uma leitura das formas de representações do mar nos lugares de memória é uma ferramenta que temos utilizado no urbanismo. Ele resulta de algumas abordagens vinda de diferentes campos, como a antropologia do espaço, da sociologia urbana, da história urbana, da psicologia social e tem como base uma análise dos mapas cognitivos.

Um mapa cognitivo é um modelo de representação multidimensional onde são apresentados os conceitos referenciais e os modos de conexão, em quantidade dos fluxos e em qualidade de preferência. Não é só a densidade do fluxo que interessa mas nelas conta também a verificação da possibilidade de ocorrência. Os mapas cognitivos permitem a visualização dos fluxos e abrem a probabilidades de novas conexões, eventualmente inovadoras.

A metodologia procura entender o “espírito do lugar”, a sua dimensão utópica (de para além do sítio) a partir da qual se podem construir conceitos estruturantes que orientem a produção de meta narrativa.

A poética no urbanismo emerge na leitura do património como uma dimensão da narrativa sobre o espaço. Ela permite captar de forma intuitiva os processos de transformação. A poética apresenta uma dimensão exegética (de exegese ou transcendência) que liberta significados contidos nas formas, através da verbalização e ritualização (os movimentos pendulares e as festas). Ao mesmo tempo apresenta uma dimensão inclusiva ou teórica, (a imanência, como uma busca do todo na essência das coisas) porque produz um discurso contextualizado num espaço e num tempo, onde tradicionalmente se procuram captar os fenómenos. Ora este discurso contextual recria sucessivamente a experiência social, constituindo as narrativas desenvolvimento delas mesmas.

A poética como ato comunicativo permite produzir significados plurais, através dos quais se podem constituir leituras inovadoras. A dimensão poética traduz-se por uma experiência do sensível. Uma viagem dos sentidos pelo espaço na busca de momentos processuais.

A poética como experiência no espaço é uma experiência de intersubjetividade onde os diversos sujeitos se deslocam no tempo e no espaço em torno de objetos socialmente significativo, de herança comum, para, em conjunto reconstruírem os elementos que lhes são comuns, criando novos sentidos e novos processos.

Análise das Narrativas

Quanto à dimensão de análise dos lugares de memória utilizamos uma metodologia de análise do conteúdo das dimensões narrativas dos espaços de memória. Trata-se duma metodologia que apresentamos na nossa tese (Leite, 2012) e que se pode resumir nos seguintes pontos. Cada espaço (lugar de memória) visitado é olhado a partir de um roteiro previamente preparado onde se avaliam a dimensões da narrativa, os eixos expositivos e os olhares sobre o discurso.

Na dimensão da narrativa é verificado se os objetos apresentados são reais, isto é se a exposição é constituída por objetos reais, por réplicas ou por elementos virtuais. Estas dimensões determinam a forma como o sujeito se apropria da narrativa.

Nos eixos da exposição são analisadas os processos de construção de narrativa, olhando para o espaço como um espaço fechado ou aberto, (se tem um percurso proposto ou se é de livre



usufruto), são analisados os processos de produção imagética, ou os cenários de representação bem como os processos de comunicação, constituído pelo conjunto de informação acessória deliberadamente ou não produzida para o entendimento da proposta narrativa.

Finalmente a análise dos olhares sobre os discursos, procuramos olhar para a proposta identificando o seu conceito gerador, os modos como os seus conteúdos são modelizados para produção de um discurso, procurando as formas de ajustamento dos discursos aos espaços, os recursos cénico utilizados para realçar formas e narrativas.



A partir destas três linhas de análise produzimos uma análise crítica do espaço e da narrativa expográfica. Essa leitura envolve a dimensão da exposição, a análise do seu volume. Seja em termos de recursos usados, seja em termo de intensidade de produção de sensações e conhecimentos inovadores.

Cada espaço visitado foi alvo de uma observação, sendo os seus resultados anotados em fichas de notação. O preenchimento dessa ficha pode e deve ser completado com informações relevantes sobre a organização do espaço, sobre o seu funcionamento e tutela, modos de contacto e materiais disponíveis para as ações museológica. Podem e devem igualmente ser feitas entrevistas aos funcionários em serviço e se possível aos diretores. Dada a necessidade de programar esse tipo de trabalho, em circunstâncias normais as visitas aos lugares de memória ocorrem em diferentes tempos, o que também ajuda a entender as diferentes dinâmicas do espaço.

O espaço das comunidades marítimas

As comunidades marítimas, aquelas que usam o mar como espaço de atividades, necessitam de espaço intersticiais. O uso do mar em navegação exige uma plataforma. Desse modo a passem do meio para outro exige um porto de abrigo, um ponto de amarração que permita não só o transbordo em segurança, como também a amarração do navio fora dos períodos de uso. Um fator que condiciona o uso do mar são as marés. Por essa razão, para além das razões de defesa e abastecimentos de água, a escolha de locais de implantação das comunidades resulta dum conjunto de condições prévias. Naturalmente que com a modernização tecnológica as estruturas portuárias foram evoluindo, permitindo grandes obras de arte que podem assegurar os fundos e a segurança.

Contido o que nos interessa no nosso caso é considerar o espaço de implantação das comunidades costeiras, como potencial de uso do mar por via de plataformas. Deste modo excluimos as urbanizações turísticas, exceto nos casos onde se verificam a existência de marinas ou cais. Ora essas condições naturais ocorrem muito frequentemente na foz dos rios, ou nas áreas imediatamente adjacentes. Em alguns casos, com origens nas armações podem verificar-se aglomerados sobre o areal.

Os territórios do mar para além da ligação aos ciclos da natureza estão também muito associados às atividades de recolção. Como tal, olhando para as áreas urbanas procuramos identificar os territórios de caça, sejam eles de mar ou borda-d'água, os espaços de transporte, por via de ligações entre comunidades, os espaços residenciais, de recolhimento e de lazer, geralmente de uso público. Para além disso olhamos para os espaços intersticiais como espaços de atividade logística, seja de estaleiro, seja de arrumos, seja simplesmente de preparação das artes. Na maioria dos casos para além do acesso a fontes de água doce é também necessário um hinterland agrícola para providenciar o complemento proteico.

Grosso modo podemos então caracterizar os espaços marítimos a partir dos seus territórios de caça, no mar, e das suas ligações com o sistema agrícola envolvente. São esses os elementos de diferenciação, já no interior do espaço urbano, território ribeirinho e cais há semelhanças estruturais entre as comunidades ribeirinhas, embora se possam verificar conflitos de usos, seja em relação aos cais, sejam em relação ao espaço ribeirinho, muito cobigado pelo turismo.

Em função da variação da tipologia da pesca e da especialização do hinterland, dada pela configuração geográfica criamos então as nossas unidades de análise.



Narrativa da experiência do Olhar

Saindo de Mértola em direção a sul percorremos o Guadiana até à foz do Odeleite passando por Alcoutim. Este trecho do Guadiana é navegável e está intimamente ligado ao comércio com o mundo mediterrâneo. Mértola foi durante centenas de anos a porta de entrada para as planícies do sul e para as zonas de



Ilustração 4 Pesca de Atum no Algarve

mineração do ferro, cobre e ouro. Mértola tem vindo a desenvolver uma interessante recuperação das suas heranças, romanas, islâmicas e medievais. Os vapores e as estradas remeteram o rio para o esquecimento e a prosperidade e a riqueza correu célere para outras paragens. O campo arqueológico e a zona ribeirinha são atrações turísticas como pontos turísticos e o Parque Natural do Guadiana é um recurso importante para o entendimento do modo de vida mediterrânico, onde o olhar centrado na secura da terra dourada pelo sol se levante sobre o azul do mar, na busca dos navios que mercadejam as sobras duns lugares para as necessidades dos outros. Alcoutim, com menos peso patrimonial tem também a aposta no rio. O museu do Rio em Guerreiros do Rio mostra essa riqueza da biodiversidade e da comunicação, que sendo de outras eras acaba por ser uma oportunidade.

Ultrapassando o Odeleite entramos, sempre com o som das cigarras nos ouvidos a Castro Marim e a Vila Real de Santo António. Uma é medieval a outra pombalina e ficam a dever às pescas e ao comércio do rio as suas heranças. A Partir de vila real entramos na Ria Formosa. Parque natural, ponteadado com aldeias de pescadores, de polvo e marisco (Cabanais, Santa Luzia) ou de pesca de arrasto e de indústria (Fuzeta e Olhão da Restauração como o caíque do seu porto faz questão de lembrar) onde em pontos estratégicos emergem fortins e torres (Cacela). Muitas destas terras têm origem nas administrações militares, (Tavira) ou nas armações de pesca (monte gordo).O turismo entretanto tomou conta delas, formatando o alargamento do território com uma urbanística do lazer. A pesca vai subsistindo beneficiando restaurantes de paladares dedicados aos sabores do mar. Ao longe a nuvem negra do maior incêndio do ano na serra algarvia, mostra quão frágil é a obra humana.

Tudo se pode transformar dum dia para o outro. O mar que sobe, a erosão dos sistemas marítimos, a excessiva carga humana, a construção desenfarda por vezes ocupando terrenos agrícolas. O ordenamento desta região nos últimos quarenta anos é bem um retrato do país. Algumas destas questões são mostradas no parque Natural da Ria Formosa. Estes parques estão hoje quase moribundos e sem norte. Não se entende bem para que servem, para além de replicarem nos seus espaços museológicos os que as escolas fazem. Adiante. As terras da ria em rigor acabam depois de Faro no Ancão. Entre



Ilustração 5 Horácio Novais

o Ancão e o Arade da velha Silves, está hoje um Algarve do reinventado para o lazer. Um lazer interclassista, com zonas de elevada concentração, com outras de vivendas, hotéis e praias ordenadas, aqui e acolá inseridas em campos de golfe. As velhas vilas piscatórias são um ponto de curiosidade. Quarteira, Olhos de Agua, Albufeira, Armação de Pera, Carvoeiro são hoje oportunidade de alojamento barato e animação turística. O progressivo assoreamento das barras faz-nos esquecer que no interior, no barrocal, cidades como Loulé ou Silves, ou vilas como Salir, Alte, ou Paderne dependiam do mar. Algumas zonas lagunares lembram-nos ainda disso. A Guia era um ponto conspícuo para a navegação, tal como Luz. Depois de passar por Lagoa, onde em tempos avinhas de areia produziam néctares dionisiacos encontramos Lagos.

A velha Lagos dos navegadores e da escravatura é uma transição para o Atlântico. A costa torna-se progressivamente mais escura dos xistos e os burgaus preenchem algumas praias até chegarmos à mítica Sagres. É ponto de visita

obrigatória e o movimento em torno da fortaleza é intenso. Algum do património construído ganha novos usos para o turismo.

De Sagres até Odeceixe é costa bravia, frequentada pelos surfistas, pelos amantes da natureza. Precauções no uso do espaço pela implementação no Parque Natural da Costa Vicentina, que se prolonga até às lagoas de Sines; e a aspereza do clima contiveram a urbanização desenfarda. O Museu de Mar da Carrapateira é uma ilha na busca do resgate da memória dos recoletores de percebes transfigurados em surfistas para os veraneantes urbanos. Prosseguindo para além de Odeceixe até à foz do Mira a paisagem não muda. Porto das Barcas deixa compreender uma função. Um Ribat perfila-se no horizonte: o seu acesso é difícil mas a paisagem é soberba. O Mira é navegável para o interior. Numa escala menor do que o Guadiana ou o Arade, mas foi apesar disso uma pequena estrada do comércio do sudoeste. Daí para norte, até Sines o povoado pombalino de Porto Covo é o único abrigo para os mareantes. No verão, os veraneantes chegam em grupos atraídos pelas praias e pelas músicas do sudoeste. Tal como vêm, mal o calor amaina o fluxo acalma e as gentes voltam a remanso alentejano.



source: natural parque ria formosa

Sines, a velha praia das gentes do Alentejo, vila do Gama, tem movimento mundial. As músicas do mundo são complemento do grande porto atlântico, repetidamente anunciado como grande oportunidade, mas sempre cerceado pelo rival de Setúbal. São guerras de bastidores entre os “donos de Portugal”, guerras silenciosas e silenciadas. Uma promessa em potencial. Tal como a costa até Setúbal. Anunciada há uma dezena de anos como um novo Algarve, a maior extensão de costa, entrecortada pelas lagoas de Melides e Santo André, olha para o mar como promessa. Foram terras marítimas de comércio de mar quando as lagoas estavam abertas. Aqui e ali ainda se conservam os palheiros de colmo, utilizados sazonalmente nos campos junto ao mar. Santiago rivalizava com o Sado, navegável até Porto Rei, por onde se ligavam às terras do cereal de Alcáçovas e Évora. Alcácer e Palma estão ligadas à vida do rio na sua ligação ao mar. Cegaram a ser importados escravos para trabalhar nos arrozais onde ainda

nos anos carente o paludismo atormentava as gentes. Se o sul é arenoso, propicio às atividades de salga. Setúbal, Sesimbra e Palmela articulam-se em torno da Arrábida, mais um Parque Natural. Não falta património marítimo nas aglomerados que cresceram adossados aos porto naturais da serra. Museus do Mar Luís Saldanha é um exemplo interessante mas de difícil acesso. A crescente mobilidade em automóvel foi acompanhada por uma estranha necessidade de se parquear à porta de casa ou na praia, ao lado da toalha. Na unidade não cria problemas. No verão é o caos. O emprego das forças de segurança para regular o trânsito parece ser uma interessante tática de prevenção de larápios.

Se a bacia do Sado mostra-se prolixa em equipamentos culturais voltados para o mar, o Tejo é o ponto onde a concentração atinge o seu valor mais elevado. Não será por acaso que em ambas as margens abundam casos paradigmáticos. A sul o ecomuseu do Seixal, uma experiencia inovadora no seu



tempo, seguido de outros casos com dimensões diferente Almada, Moita, Montijo e Alcochete. Na margem norte, Cascais, que de pescadores já é uma sombra, é referência incontornável nos assuntos do mar, seja pela figura do malogrado Carlos de Portugal, tombado no desembarque da galera real, seja pelas festas do mar, que atrai durante o mês de agosto imponente atividade. O seu museu é uma referência. Prosseguindo pela margem, para além da densa urbanização, pontua a rede de fortificações, que encontra em Caxias o seu esplendor, embora perdida

que está a sua ligação à Fábrica da Pólvora de Barcarena. Entrando em Lisboa, é necessário referir o Museu de Marinha em Belém. Em Lisboa quase tudo se liga ao mar. A regeneração urbana em Belém e a oriente é feita com base no mar (da gesta marítima à conservação dos oceanos temos uma narrativa da história nacional. Também no campo da conservação o Oceanário e o Aquário Vasco da Gama em Algés são elementos que guardam e mostram uma parte dessa património comum.

Mas tal como a maré prossegue pelo rio adentro, também o património vai acompanhando, de Alhandra a Vila Nova da Barquinha é um mundo. E isto se não se quiser explorar a rota dos templários até Tomar, afinal uma arquitetura com base no mar. O Nabão, o Zêzere afinal estão bem ligados na sua história a essa vida no mar. Na margem sul do Tejo, a lezíria é também um sistema profundamente ligado à economia do mar, como se pode ver no fluviário de Mora.



Regressemos ao Cabo da Roca e prossigamos para norte. A costa volta a ser rochosa. Os pequenos portos de abrigo são núcleos de pescadores, hoje territórios turísticos. A Ericeira é incontornável no imaginário nacional, tal como é Peniche, Nazaré. O património está sempre presente nas fortificações, nas artes das gentes, nos hábitos do povo e nos seus manjares. Torna-se evidente a profunda ligação das gentes do mar à agricultura. São como que duas faces da mesma moeda. Uns não teriam subsistido sem os outros o que deixa antever, que nas eras tradicionais eram economias complementares, balanceando as gentes entre as safras marítimas e as colheitas nas terras arenosas e lacunosas do litoral. Por exemplo a abadia cisterciense Alcobaça, nas margens do Coa é um exemplo duma forma de povoamento que é património.

Passadas as terras do couto da Alcobaça, subimos para norte da Nazaré. Entramos das terras do Lis. Na zona balnear de São Pedro de Muel ainda se observam algumas tradições piscatórias. Vieira de Leiria e Pedrógão são bons exemplos de praias litorais do pinhal. Se a bacia do Lis penetra no interior, o território é marcado pelo lendário pinhal mandado plantar pelo Rei lavrador, cujas

madeiras alimentará as fornalhas das indústrias de vidro da Marinha Grande, e antes disso, as naus e galeões.

A transição entre as terras do Pinhal e as de aluvião no Mondego abre-nos para mais uma cultura ribeirinha, desta vez ligada a Coimbra. O Eco museu do sal e o museu do Mar de Buarcos mostram bem a safra da indústria do pescado. O belo edifício dos museus conta ainda a história dos arrozais. Se penetrarmos para o interior atingimos Montemor-o-Velho, nomenclatura que fica da velha fronteira, passamos pela Universidade, onde se conserva Oe primórdios da ciência e vamos até Conímbriga romana, que destruiu a cidade para se proteger da barbárie, finalmente abandonada por falta de água.

O Vouga e a sua enorme ria domina a próxima unidade. Passando a Murtinheira, encontramos a Tocha e Mira com os seus palheiros que marcavam a paisagem. As Gafanhas, terras de isolamento dos tuberculosos, era originalmente pantanosa. Foi convertida pela labuta de gerações e pela força da natureza nos campos agrícolas húmidos da Vagueira onde o seu nucelo museológico mostra o modo de vida antigo. Nas margens da Ria o museu marítimo de Ílhavo é um ícone da museologia. A ria termina em Ovar, de onde vem o termo "*varinos*", sinónimo de gentes da praia. Segundo as lendas o encerramento da barra da ria com o grande maremoto de 1755 levou à disseminação das gentes de Ovar para sul. As embarcações varinas teriam assim uma unidade morfológica identitária, assim como as formas de povoamento falares e festas e outros costumes. É de resto uma influência que também vai para norte, já que na Barrinha de Esmoriz e em Espinho as artes da xávega são idênticas, como se pode ver no seu museu, uma antiga fábrica de conservas transformada em polo de cultura cinematográfica. Espinho é mais um exemplo da deslocação de gentes piscatórias, da zona norte balnear para sul na Ribeira de Silvalde. Mais longe não foi porque entre o "*Oporto Golf Clube*" e o Caminho-de-ferro, não havia espaço disponível. Seguindo depois da Granja temos a Aguda com a sua estação que conserva espécies do mar e do rio.



No vale do Douro a influencia dos ingleses e do vinho do Porto é incontornável. Marca o vale e a economia da região, os hábitos das gentes e a paisagem. A granja é um bom exemplo. Logo de seguida temos Leixões nas margens do Rio Leça, com Leça da Palmeira de um lado e Matosinhos na margem sul. Se no passado era terra de indústria pesqueira hoje transformou-se num território turístico com a sua frente de mar pedonalizada. A sua identidade é todavia forte e persistente, não havendo politico que se preze se não enfrentar a arruaça ou poveira de Matosinhos. Na transição para Vila do Conde, a curiosa

aldeia de angeiras conserve, sem porto de mar, as artes da pesca, do sargaço e das salgadeiras romanas. Em vila do Conde, na foz do Cávado com a sua alfândega museu e a réplica da caravela marcam uma memória pioneira nas artes de construção naval.

A seguir para norte a Póvoa de Varzim. Outro local mitológico para as gentes das pescas. Os poveiros são comunidade de gente unida e destemida no mar a norte do douro. A ver o mar, Aguçadoura, Apúlia, Esposende e o seu farol musealizado marcam a memória das gentes do Cávado que corre desde Guimarães.

Continuando para Norte entra-se nas terras do Lima, Castelo do Neiva, na foz do Neiva e Viana do Castelo, com o seu amplo estaleiro é uma referência nas safras do bacalhau das terras da Gronelândia como atesta o velho navio hospital Gil Eanes. Segundo as terras de dunas por Afife, Vila Praia de Âncora e Moledo chega-se à foz do Minho. Passam-se pelas terras agricultadas nas várzeas entra-se em Caminha já fora da barra mas marcada pelas gentes e comércio do mar, numa influência que se vai prolongar até Valença.

Trata-se duma breve descrição da viagem de observação dos patrimónios e heranças do mar. Retenhamos algumas questões. A profunda ligação entre o litoral e os terrenos agrícolas próximos, numa influência que se prolonga para o interior pelas bacias hidrográficas. São territórios de variada pertenças. Portos de mercadorias e gentes do mar são atividades antigas. Algumas referenciadas nos elementos patrimoniais, como estaleiros, pescas do bacalhau, salinas, alfândegas, transportes. As Indústrias entretanto desaparecidas dão origem a museus (do trabalho em Setúbal e em Portimão) ou a centros culturais, do cinema em Espinho. Monumentos aos pescadores ou fortificações são marcas ou lugares de memória. O padrão do Mindelo recorda momentos da história nacional e está hoje integrado nos circuitos turísticos. A mancha urbana junto ao litoral densificou-se. Há hoje um continuo de lazer, mais a norte, onde á territórios mais povoados e de menor dimensão. Nota-se que o país passou os últimos anos a fazer infraestruturas. São ações feitas em terra. É certo que foram feitas importantes obras marítimas. O litoral que hoje observamos, os seus habitantes e usuários são hoje uma realidade bastante diferente daquela que Baldaque da Silva nos apresentou há cem anos. O retrato que encontramos é o de um território em transformação. Mas a questão que importa colocar é como é que isto pode ser mobilizado no âmbito do novo paradigma estratégico que se defende para o país.

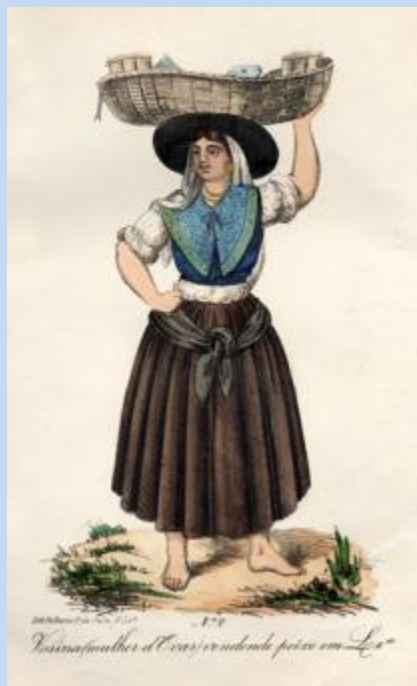


Falta ainda algumas palavras sobre as Regiões Autónomas. A Região Autónoma da Madeira é uma realidade mais uniforme. Tem valores naturais em ambas as ilhas e dos ilhéus das Desertas e Selvagens. Tendo a sua história muito vinculadas aos ciclos da economia do atlântico, marcada por três monoculturas (o açúcar, o vinho e o turismo), dispõe de uma ampla possibilidade de exploração dos seus recursos marítimos.

A Região dos Açores, mais extensa em diversidade, nas várias deslocações que efetuamos apresenta-se como um exemplo paradigmático da relação entre a valorização do agro e a exploração do mar. Vindo do mar a ampla gama de recursos disponíveis. Tendo cindo executadas importantes melhorias nas infraestruturas, é previsível a emergência duma maior valorização da sua cultura insular.









Parte II





Representações Cartográficas do Espaço Estratégico Português

Este é um pequeno exercício sobre a problematização da representação sobre espaço como marcador de memória. Como sabemos a cartografia é um processo de representação do espaço como um processo simbólico de apropriação duma determinada realidade. O objetivo da representação é criar uma forma de apropriação do mundo sobre o qual se constrói a ação. Neste pequeno exercício interpretamos o significado simbólico da representação como objeto de conhecimento.

A ideia de marcador de memória, que procuramos nos vários elementos da representação cartográfica é importada da biologia por analogia com o marcador da genética¹. Essa formulação foi usada na nossa tese como sinónimo do conjunto de informação mnemónica essencial presente num individuo, que em situação de interação com o mundo exterior ativa formas de ação. O marcador de memória não é informação pura. É uma representação da essência processual da

¹ Um marcador genético é um gene ou uma sequência de ADN retirado dum local conhecido num cromossoma que pode ser usado para identificar células, individuais ou de espécie. Os marcadores genéticos funcionam como etiquetas que identificam a forma como os genes envolvidos na herança de características de importância económica (ETLs) são repassados para o próximo descendente. Em biologia, o genoma é toda a informação hereditária de um organismo que está codificada em seu ADN, e que é passada para os seus descendentes. É a componente essencial da estratégia da vida eucariótica.

informação, enquanto valor, do elemento socialmente significativo situado num espaço e num tempo, que origina ação. (Leite, 2011).

Como objetos de conhecimento, os marcadores de memória resultam da percepção, das emoções e da experiência dos sujeitos sobre objetos exteriores, e traduzem-se na mente como elementos nodais através dos quais se constroem mapas mnemónicos². Os mapas da memória são elementos de referências catalisadores da ação. São constituídos pelo processo de armazenamento da informação essencial (informação conservada), em confronto com a experiência. Ao contrário dos nossos mapas cartográficos, elementos estáticos, os mapas de memória são processos em permanente ajustamento no confronto com o real e equilibram-se com a consciência de si da mente.



A informação essencial é mobilizada pela mente em situações de ação. Em situações reconhecidas pelo mapa orienta. Em face a novas situações, a informação que chega do exterior é confrontada com a informação preexistente, ajustando-se por acomodação ou por inovação. O mapa mnemónico do indivíduo é o recurso mobilizado em situações experimentais ou no quadro da produção do pensamento sobre o mundo, quando é necessário agir. Estamos no âmbito daquilo a que chamamos o processo de consciência do mundo. A consciência³ é um processo que resulta da interação entre a memória e a ação. Em síntese os marcadores de memória constituem essa informação base, alojados na mente, que podem ou não ser ativados e mobilizados para a ação, agrupando-se em mapas mnemónicos.

A questão que na nossa tese procurávamos resolver, e para a qual apresentamos esta proposta, consistia é construir um processo de acesso aos marcadores de memória. Esse trabalho levou-nos à conclusão que a identificação dos marcadores de memória podia ser usada na produção de mapas mnemónicos. O mapa constituía uma chave que colocava os elementos em contexto, permitindo a emergência de significados aos elementos simbólicas armazenadas na mente como informação essencial. Recorde-se que, em paralelo com as ideias, as sensações e as emoções são igualmente informações essenciais captadas e armazenadas na mente, sendo o reconhecimento um processo em transformação.

² Mais uma analogia com o mapa cognitivo é um simultaneamente instrumento e um método das ciências cognitivas de análise das operações cognitivas. Como instrumento é muito usado para a análise dos processos de tomada de decisão. Como método tem por base o fundamento de resolução de problemas. O objetivo do método é clarificar a cada momento as opções possíveis de ação em função de preposições previamente definidas.

³ Veja-se a propósito desta questão o livro de António Damásio (2010). O Livro da Consciência, Lisboa, Temas e Debates

Estes marcadores de memória como informação base medeiam o processo de objetivação do real e podem ser socialmente partilhados.

Através da integração dos marcadores de memória em mapas mnemónicos as diversas informações processadas pela mente ganham uma significação para o indivíduo. Mas o que nos interessa, no âmbito das ciências sociais, é o processo como esses mapas mnemónicos são socialmente partilhados. Ou seja como é que partindo da experiência individual se processam valores que são socialmente partilhados.

Aqui encontramos-nos no centro da fenomenologia dos Estudos sobre a memória e das heranças. O trabalho na altura tinha partido duma busca duma resolução para uma situação paradoxal que é revelada pelos estudos sobre a memória. Sendo certo que a memória é um fenómeno que se processa ao nível do indivíduo, como se explica a sua partilha por um dado conjunto social. O entendimento sobre o processo de como determinadas ideias, que são reveladas por indivíduos, se constituem como ideias socialmente partilhadas que orientam os grupos é um dos objetos do conhecimento das ciências sociais. A questão tem vindo a ser resolvida por diversos autores através da análise da questão do poder. Os Estudos sobre o património e as heranças constitui-se como um campo de análise das relações processuais entre a memória/esquecimento e o poder/hegemonia.

Cada indivíduo existe em si e simultaneamente como parte dum grupo ou grupos. Grupos de extensões e configurações variáveis. A coesão dos grupos é uma função direta das relações que os seus membros estabelecem entre si. Estas relações são de diversos tipos, sendo que as relações de ordem estabelecem a forma de distribuição e afirmação do poder. A questão do património e das heranças é um dos elementos fundamentais na legitimação do poder intergrupar. Sem referências comuns, por todos partilhadas e aceites o grupo dissolve-se.

Esta questão evidencia a relevância da fenomenologia dos estudos da memória e do entendimento dos processos de partilha social dos elementos dos diversos indivíduos, como componente simbólica das relações de poder numa determinada comunidade.

Do total das experiências vividas pelos indivíduos no seu processo de vida há um conjunto de experiências relevantes que são memorizadas e que estão disponíveis como orientadores da ação. Também as experiências sociais dos grupos levam a construção de memórias socialmente partilhadas, cuja retenção pode ser observada através dos elementos de relevâncias, seja para a sua manutenção como grupo, seja como sua orientação para a ação. Esses elementos constituem-se como unidades simbólicas, sejam marcas no espaço ou como mitos ou memórias socialmente partilhadas (História, conhecimento, ciência). Ou seja, o elemento simbólico socialmente construído é um elemento a quem é atribuído um valor social. A afirmação do poder num grupo é a afirmação do valor. Um valor de

uso e um valor de troca. É nesse equilíbrio processual que a memória e o poder se constituem como elementos socialmente partilhados

Nesse sentido a análise dos marcadores de memória e das cartas mnemónicas constitui-se como um elemento de relevância no processo de produção de conhecimento sobre um determinado problema. Uma ferramenta de trabalho, que tem um determinado fim. Como já salientamos a elaboração dos mapas cognitivos, é uma ferramenta já utilizada noutros domínios, seja em análises de conteúdo, seja nos estudos sobre estratégia. Constitui-se como uma das metodologias das ciências sociais e são abundantes as suas propostas de utilização⁴.

O que nos interessa mobilizar para o nosso caso é a sua possibilidade de aplicação para clarificar o problema do nosso trabalho “Heranças do Mar”. Neste exercício ensaiamos um pequeno exercício sobre a cartografia do mar para entender o modo como ele expressa uma determinada representação consciente do real.

A produção de cartografia representa uma síntese entre o conhecimento e a vontade de representação. Ela implica escolhas e seleção de elementos a representar. Depende da escala de representação, dos conhecimentos disponíveis, da vontade de representação e igualmente, num processo menos abordado da consciência do real⁵.

Selecionamos para o efeito um conjunto de mapas que representam o território nacional para verificar como é que nele surge representado o conjunto do espaço nacional. Os mapas são produzidos em diversos tempos. Não tivemos a pretensão de ser exaustivos, nem de trabalhar todas as dimensões. Trata-se de um pequeno conjunto aleatório, um breve exercício de teste, sobre o qual procuramos extrair algumas conclusões com base no elemento da construção de mapas mnemónicos.



Ilustração 6 Representação do Espaço Nacional - DGOTDU, 2012

⁴ Um outro interessante contributo neste domínio é o conceito de Mapas do Tempo (Time Maps) do sociólogo israelita Eviatar Zerubatel. O autor argumenta que a representação social do passado é útil para entender como o tempo (história) e a cognição interagem. O modo como agrupamos o tempo passado, como categoria do nosso conhecimento no presente, relaciona-se com o modo como valorizamos a informação no presente. Uma valorização individual e coletiva (Zerubatel, 2003)

⁵ Também nesta questão existem algumas abordagens interessante, veja-se por exemplo (Lacoste, 1977). Também durante o curso do CDN no módulo “Dimensões do Processo de Globalização de Luís Moita foi ensaiada uma abordagem deste tipo

Como temos vindo a salientar a seleção de elementos de relevância a representar são resultados dum processo de consciência. Duma visão sobre o real. Se, por exemplo, neles analisarmos a representação do mar, verificaremos o valor que o mar tem na representação do espaço nacional, neste caso sobre uma linha temporal e no âmbito de diferentes contextos.

Neste caso o elemento representado, o espaço nacional enquanto marcador de memória, torna-se na representação invariável que pretendemos analisar. O valor da sua representação varia em função do significado social que a cada temos lhe for atribuído pelo conjunto social (grupo, organização).

A premissa desta análise de olhar para uma representação, ao longo de umas linha de tempo, é verificar o que é que é constante e o que é variável, adicionado ou retirado em função do valor social que em cada representação lhe é atribuída.

Representações do Espaço Nacional na Cartografia

O primeiro exemplo que apresentamos é a representação do Espaço Nacional no "Portal do Ordenamento do Território e Urbanismo (www.dgotu.pt), acedido em agosto de 2012. Trata-se dum sistema de informação que reúne os instrumentos de planeamento territorial em vigor, responsável pelas normas e demais instrumentos legais que se aplicam no ordenamento do território.

O que queremos relevar neste mapa é a representação do espaço nacional na sua dimensão integral, isto é envolvendo o território peninsular, o espaço marítimo e as regiões autónoma dos Açores e Madeira sem descontinuidades. Observando o espaço a partir dos princípios do novo paradigma de reaproximação de Portugal ao mar trata-se duma representação correta do espaço. Ainda que nele não sejam traçadas as fronteiras de delimitação entre Portugal e Espanha, a nova centralidade dada ao mar a o contínuo espacial ultrapassa a tradicional forma de representação.

O modo mais tradicional de representação, como apresentamos na figura 2 centra-se na apresentação do território nacional. As fronteiras são nítidas, bem como a fachada atlântica. As Regiões autónomas, na relação de escala acabam por ser representadas em pequenos

acrescentos nos cantos do mapa, ou em folhas autónoma, como é o caso deste mapa escolar da Porto Editora. Repare-se que se trata dum mapa escolar, destinado a formar a visualização do espaço. O mar, neste caso o espaço marítimo está ausente. E é esse esquecimento que procuramos para já revelar.



Ilustração 7- Mapa escolar, Porto Editora, 2011

E este modelo de representação está longe de ser único. Por exemplo, na representação do modelo territorial, feito no âmbito do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, um programa que entrou em vigor em 2007, e elaborado por uma equipa liderada pelo Professor Jorge Gaspar (Portugal, 2007) verificamos que o território é olhado como o continente e as ilhas. O modelo território não é o espaço de afirmação da soberania, pois como sabemos a afirmação da soberania dum estado implica a conjugação do binómio segurança e bem-estar.



Ilustração 8- Carta de Lopo do Nascimento, 1565, BNL

O modelo do território que tem por base três pilares (a prevenção e a gestão dos riscos, a conservação e a gestão dos recursos naturais e espaço agroflorestais, e sistema urbano e acessibilidades) e remete as questões do mar para diversos programas específicos.

Embora apresente um programa específico para a Estratégia do Mar, (1.7), verificamos que diferentes domínios surgem noutros programas (a pesca no programa 1. 6, a biodiversidade no programa 11., o sistema portuário no 2.2., o turismo no 2.6). O que traduz uma lógica centrada em outros paradigmas (equilíbrio do território por exemplo). Por exemplo o fato do ordenamento da orla costeira, a estruturação dos portos (preveem-se cinco portos, três de primeira escala em Sines, Lisboa e Leixões, e dois de segunda escala em Setúbal e Aveiro) e o turismo serem apresentados como vetores estratégicos, não é ligado à economia do mar. O mesmo se poderá dizer da inovação, que é tratada como algo de etéreo, sem procurar referir onde e em que circunstância pode surgir. Em suma podemos dizer que esta focagem traduz uma visão do problema. Não que esteja errado em si, mas é apenas uma visão técnica⁶



Ilustração 9- Mapa de Álvaro Seco, 1561, BNL

Como quando usamos a expressão território, segundo Von Ratzel é o espaço de afirmação da soberania dum Estado. Como verificamos o mar como nova fronteira é um processo onde os estados soberanos procuram negociar o

⁶ Por exemplo o sítio onde a informação está alojada www.territorioportugal.pt apresenta como carta o espaço de soberania. Isso é um exemplo duma visão em transformação, onde elementos da velha visão se misturam com uma nova visão

alargamento dos seus espaços de afirmação de soberania; espaço até agora regulados pelo Direito Internacional Público, através das Organizações Internacionais.

Não será portanto de estranhar que as organizações do estado, como é o caso da DGTDU, comecem a representar o território nacional segundo essa nova pretensão, ainda que ao nível da sociedade, do senso comum, as representações ainda assumam as formas anteriores. Ainda que a soberania nesse novo espaço seja graduada, isso acontece em simultâneo com alguma dissolução das antigas fronteiras físicas dos estados. Estamos portanto perante um processo que se manifesta através de formas diferenciadas em função dos significados atribuídos: dos valores da reapresentação.

Se verificarmos no tempo é isso que acontece na representação cartográfica. Por exemplo na representação do atlântico norte, de Lopo de Nascimento, executada em 1565. É um exemplo paradigmático duma representação sobre o espaço do atlântico norte. Não é nosso propósito produzir uma narrativa sobre evolução da cartografia portuguesa nos seus diferentes aspetos⁷, mas apenas justificar algumas análises a partir deles.

Este mapa, elaborado em meados do século XVI, já com o atlântico explorado e dividido (pelo tratado das Tordesilhas em 1497), é um instrumento de navegação. Um auxiliar dos pilotos na navegação do atlântico norte. Como se sabe nesta época as potências ibéricas defendiam a doutrina do “*mar clausum*”, um temo que em Direito Internacional quer dizer mar fechado. Nesse sentido este mapa representa o “espaço soberano”⁸. Como sabemos, no século seguinte, o temo do mar fechado será tema de grande polémica, impondo-se no mar o conceito de “*mare liberum*”.⁹

O mar torna-se livre para navegar, transforma-se em espaço de circulação. A segurança no mar, contra a pirataria (que na época era uma atividade *licita*,) era assegurada pela frota armada que acompanhava as embarcações de carga e



Ilustração 10- Marquês de Pombal, gravura do Arquivo CML



Ilustração 11- Carta de 1701, BNL

⁷ Que se pode consultar em (Alegria e Garcia, 1995)

⁸ Não utilizamos aqui o termo nacional, pois consideramos a Nação, e a sua configuração organizacional como um conceito moderno que emerge na ciência política através da teoria da representação como legitimidade de poder.

⁹ Defendido por Hugo Grotius (1593-1645). Hugo Grotius é um precursor do Direito Internacional. Publicou em 1605 a obra *Mare Liberum*, onde justifica a liberdade de navegação nos mares. Esta teoria, que acaba por se afirmar contrária a pretensão ibérica da exclusividade do mar.

pela defesa da linha de costa através de redes de fortificação. Isso mesmo fará por exemplo o Marquês de Pombal no século XVIII.

Se a cartografia sobre as rotas marítimas, portulanos e cartas de marear são elementos comuns desde o século XV, a representação do território nacional é mais tardia. Como sabemos a primeira representação do espaço português, mais precisamente do que é hoje o território nacional é o “Mapa de Portugal de Álvaro Seco”, produzido em 1561.

Para além da curiosidade da orientação, o mapa fornece, com bastante detalha informação sobre povoações, vias de comunicação e sobretudo sobre a linha de costa e sobre os rios. Com o século XVIII e a consolidação da estrutura administrativa do Estado, que encontra no Marquês de Pombal um exemplo paradigmático, a cartografia evolui para representações em diferentes escalas e objetos. Como nota Alegria e Garcia (op. cit., 1996, 70) a própria imagem em do estadista é apresentada no meio de cartas e mapas. Trate-se dum exemplo paradigmático da importância crescente da afirmação da ciência por via dela da prévia representação do real, neste caso do espaço da ação.

Será também a partir dessa data que os militares, através das armas de engenharia iniciarão o processo de cartografia do território, muitas delas com funções utilitárias, e que culminará, já no século XIX com a representação do Flipe Folque. O que nos interessa revelar nesta questão é a preocupação destas cartas, na representação do espaço territorial acinhal. E como podemos ver, se o mar é liberum o território permanece clausurum e é essa espaço fechado que procuram representar.



Ilustração 12- Carta de Henrique Galvão, 1963, BNL

Não resistimos aqui apresentar um exemplo dissonante. Trata-se da carta de Henrique Galvão, elaborada em meados do século XX, com propósito de propaganda política. Nela o espaço nacional, na época concebido como pluricontinental, englobando as colónias africanas, foi colocado sobre o espaço europeu. Para além da questão ideológica verifica-se que nele o mar continua a ser o “enquadramento” do território.

Trata-se sem dúvida dum mapa elaborado com objetivos precisos. Está contudo longe de ser exclusivo. Se olharmos para o exemplo seguinte, um mapa escolar de “Portugal e suas colónias”, publicado em 1875, numa podemos observar mais uma vez a ausência do mar na revelação da terra. São sem dúvida exemplos circunstanciais, também eles reunidos com um propósito, o de chamar a atenção para a ausência do mar na maioria destas cartas. Ou seja, entre o mapa do Atlântico norte de 1565 e a Carta da DGTDU de 2012, medeiam quatro centenas de anos de ausência e esquecimento. Colocamo-la aqui apenas como catalisador de uma reflexão sobre o mar como novo paradigma para o triângulo estratégico português. O triângulo virtuoso as ligações à Europa, aos EUA e à

CPLP, através da qual dois dos vértices são ligações por mar, que se opõe á ligação mista com o continente europeu.



Ilustração 13- Carta Geografia, 1875, BNL

Ensaio de interpretação

Como verificamos acima nos marcadores de memória encontramos uma componente essencial constituída pelo conjunto de informação que se mantém ao longo do processo, sendo que a informação dinâmica resulta do seu ajustamento às condições processuais dadas pelas relações de poder que se jogam no conjunto social.

45

No caso que analisamos procuramos a expressão do valor social do mar, e procuramos saber qual é a variação do seu valor em relação à comunidade, que elabora esse mesmo mapa. O valor da representação é observado como o quociente da relação do espaço nacional nas várias representações com o significado dessa mesma relação revelado pelos sentidos da observação.

Como verificamos a memória operacionaliza o trânsito do presente sobre o passado criando representações simbólicas que projeta no espaço (como objetos comunicacionais). O processo confronta a sua adequação (como valor de uso e de troca) conferindo-lhe legitimidade para a ação, seja para conservar os recursos vitais disponíveis, seja para adequar a novas situações. A formação desse quociente gera ou uma tensão para a ação produzindo rememoração e esquecimento, que permite a emergência de diferentes formas de consciência e/ou alienação (esquecimento).

O processo da conscientização permite assim em tese, equilibrar os dois fatores, o seu valor de uso está dependente do valor da troca, sendo que no cada um dos fatores contribui para a fatorização através dum determinado estado de equilíbrio. Quando esse equilíbrio se rompe, seja pelo valor de uso tender para o nulo juntamente com o valor de troca se aproximar da nulidade, o objeto passa para uma situação de esquecimento.

Os marcadores de memória são então constituídos por campos de situações problema em interação constante. O objetivo da metodologia é captar (cartografar essa interação) num determinado momento o significado dum objeto através da sua análise interna e externa e da sua relação com os demais objetos qualificados. De acordo com a teoria da comunicação um objeto pode ser analisado de acordo com as suas categorias primárias, secundárias e de processo. A metodologia proposta tem como objetivo operar com a categorização de processo. A operação de análise processual implica a relação do objeto consigo próprio, com a comunidade que o produz (ou com a sua cultura) e a sua relação com os demais objetos. O objetivo da metodologia é entender a significação dum determinado objeto no contexto dos demais objetos.

A produção de significados como processos implica um nível de abstração que relaciona pelo menos três elementos: Um objeto (uma relação com um materialidade ou com um signo) usado como elemento distintivo (uma relação binária de inclusão ou exclusão) numa comunidade (implica a atribuição de

significado em relação ao objeto, ao que ele (inclui/exclui) e à sua relação com os demais objetos).

O espaço é como refere Maurice Halbwachs, o local onde se materializam as memórias sociais (Halbwachs, 1950,130). A materialização da memória social no espaço fornece o instrumento de mediação entre o indivíduo e o social. Entre a materialidade e os elementos simbólicos, criados por essa comunidade, e que a representam.

46

Estas problemáticas têm vindo a ser trabalhadas pelo urbanismo e pela “antropologia do espaço” (SILVANO, 1988), procurando explicar como e a formação do espaço está correlacionada com a formação da organização social¹⁰, que relações se estabelecem entre ambos e de que forma ambos se influenciam.

Analisar os modos como a comunidade se relaciona com o espaço, através das suas narrativas, e como estas correspondem às suas representações sobre esse mesmo espaço, isto é o modo como cada membro da comunidade participa da construção duma leitura desse espaço, porque a determinados elementos materiais são atribuídas estruturas significativa duma pertença e partilha comum, constituem um processo através do qual podemos analisar a memória como construção social.

A ideia base da fundamentação é relativamente simples. Um indivíduo, quando de relaciona com o espaço fá-lo em função de vários pontos de referência e da sua relação com a experiencia anterior, armazenada na memória. Os pontos de referência constituem o seu mapa cognitivo, em permanente atualização. A experiência permite ativar mecanismos de resposta em função do seu grau de conhecimento e experiencia anterior. A questão do ponto de vista do conjunto social é todavia mais complexa. Vários indivíduos, quando se orientam no espaço em sentidos comuns partilham referências comuns. Perante a impossibilidade física de todos os elementos dum conjunto percorrerem exatamente o mesmo percurso num mesmo tempo, estabelece-se um denominador comum. Ou seja é relativamente indiferente, para o conjunto social, o trajeto que cada indivíduo faça de A para B. O que é necessário, para a formação social mantenha a coesão é que cada membro do grupo faça o trajeto de A para B em torno dum um ponto comum. Esse ponto comum, no espaço é constituído pelo património, que por sua vez, só tem significado, como ponto de atração, se sobre ele existir uma partilha de valores. A qualificação social do valor desses elementos que constitui o processo de produção da memória social.

¹⁰ “No nosso trabalho partimos do pressuposto que existe um discurso, uma palavra sobre o espaço, que possui firmeza suficiente para que, de um discurso ao outro, possam encontrar as constantes que possibilitam chegar a modelos, que consideramos próximos das estruturas coletivas de representação do espaço” (SILVANO, 1988,15)

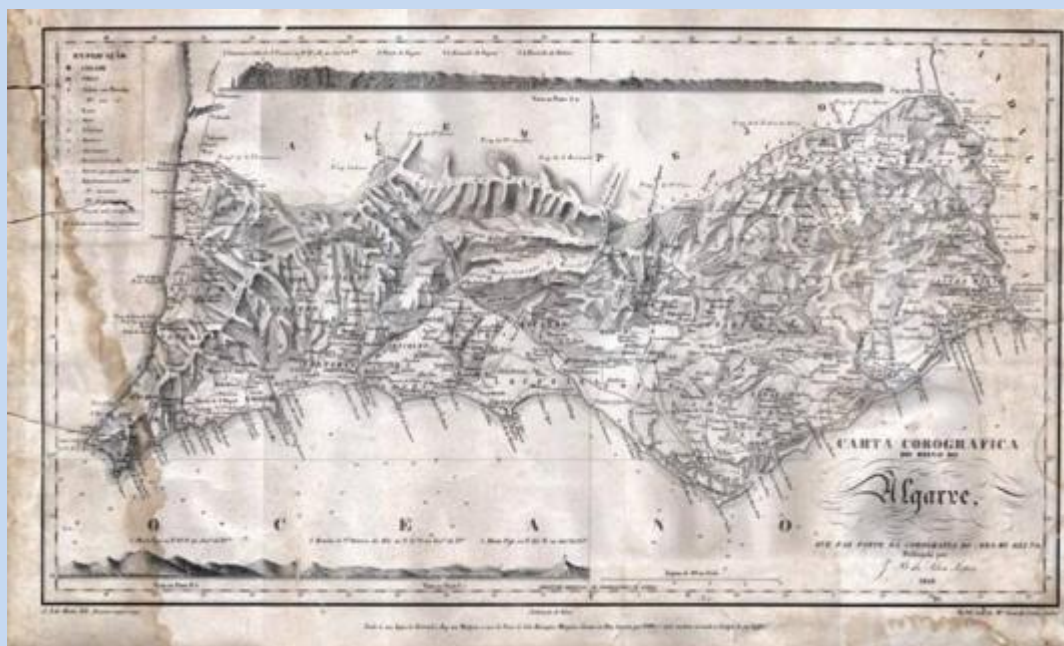
Unidades de Paisagem

47

As unidades de paisagem constituem áreas de um território onde se articulam as dimensões humanas, naturais e espirituais. São processos de interpretação do espaço onde se procura relacionar os modos de vida, os recursos e ecológicos, locais, com a dinâmica de luta e resistência das comunidades que o habitam. Constituem três espaços (geográfico, humano, espiritual) de um modo de leitura das características ecológicas de um território e as atividades que nele se desenrolam. São umas de síntese de diagnóstico que procura isolar um conjunto de fatores que deverão ser levados em linha de conta na procura das dinâmicas de planeamento. Constituem, um cenário onde se desenvolve a ação. Cria ao mesmo tempo os limites e fornece os elementos suscetíveis de mobilizar. Nos processos de planeamento estratégico do território este diagnóstico é posteriormente cruzado com as estratégias dos atores, a partir dos quais se constituem os objetivos gerais, as estratégias e as medidas de intervenção.

O recorte da unidade de paisagem que aqui tomamos segue o fundamento empírico das bacias hidrográficas. Estas constituem grosso modo, no tempo histórico, eixos de dinâmica do território. A paisagem é contudo um sistema que inclui elementos dinâmicos. Se o contexto ecológico determina em grande parte as atividades e usos antrópicos, a modernidade induzem uma interação complexa entre os diferentes elementos da paisagem que não cabe aqui referir. Há no entanto a convicção que em grande medida a resiliência ecológica da paisagem é determinante para a sustentabilidade dos usos antrópicos que a deveriam modelar dentro de limiares de sustentabilidade. A paisagem cultural seria assim uma componente integrante desta paisagem, um elemento de caracterização, e eventualmente de proteção patrimonial.

Neste contexto complexo, da relação entre as condições ecológicas e culturais, há contudo que considerar os elementos transcendentais da paisagem. Aquilo que noutros trabalhos temos vindo a chamar da poética do espaço.



A primeira unidade que incide sobre o rio Guadiana. O rio Guadiana com 829 km de extensão e uma bacia de cerca de 55.000 km². A nascente é na Meseta Ibérica Central (ojos del Guadiana), na Serra de Alcaraz, e atravessa as regiões de Castela La Mancha e Extremadura. Faz fronteira entre as Ribeiras do Chança até à foz em Vila Real de Santo António, no golfo de Cádiz. O Rio é navegável até Mértola numa extensão de 68 km, tendo sido nos tempos históricos a principal via de penetração no sul

As suas narrativas centram-se nas atividades do rio, no comércio de produtos agrícolas e mineiros, na pesca. É um mundo com ritmos lentos, com objetos ainda próximos dos seus tempos de uso ou ainda em uso, com discursos expositivos e processos de comunicação clássicos, embora em alguns sítios se verifiquem algumas abordagens mais modernas.



O mapa apresenta o estuário de Faro e as ilhas adjacentes. A linha tracejada indica o percurso da Rota das Formosas. Os pontos de interesse são numerados de 1 a 6:

- Faro
- Olhão
- CEAM (Centro de Educação Ambiental do Marim)
- Torre de Aires
- Tavira
- Cacela Velha

A legenda define os símbolos utilizados no mapa:

- Caminho pavimentado
- Terra batida
- Linha de água
- RN, da Ria Formosa

No canto inferior direito, há uma escala gráfica que varia de 0 a 5 km.

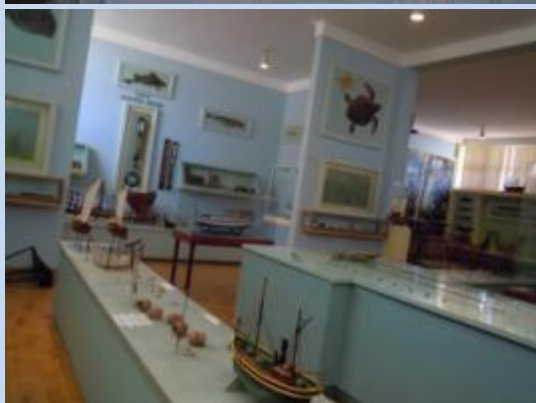
A partir de Olhos de Água para Barlavento, até Lagos, as comunidades costeiras abrigam-se em pequenas enseadas, ou em Praias Abrigadas. Algumas lagoas, como a dos salgados e a Lagoa mostram ainda alguma continuidade na paisagem, mas toda a área mostra sinais de assoreamento. A partir de Albufeira, desenvolvem-se alguns portos de pesca, em vales encaixados, tornando-se a paisagem mais de arribas. Embora albufeira tenha perdido a sua função de porto de pesca, é uma zona de pesca costeira muito procurada para peixes de pequeno porte, sardinhas, carapaus, sargos, robalos, algum marisco.



Arade

Nasce na Serra do Caldeirão e passa por Silves e desagua em Portimão. Nos tempos históricos era navegável até Silves. Trata-se do grande rio do barlavento com a vila de Portimão na sua foz. É o grande porto de pesca e antiga vila conserveira. Em termos de espaço de memória as características são idênticas, com Portimão a apresentar uma memória da sardinha com um discurso moderno, em contrapartida com uma presença da memória da pesca em Albufeira quase revivalista.

51



Mira

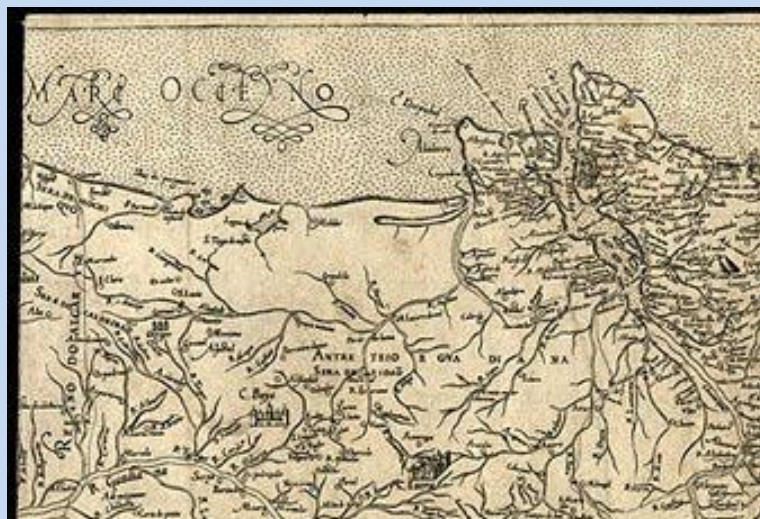
Nasce na Serra do Caldeirão, a uma altitude de 470 m, e percorre cerca de 145 km até desaguar no oceano Atlântico junto a Vila Nova de Milfontes. O curso tem um comprimento. A bacia hidrográfica uma área total de 1600 km². Apenas navegável em embarcações de pequeno calado, fazia a ligação a Odemira

Da costa vicentina para de Lagos, até a Odeceixe, com poucos abrigos naturais tem poucas comunidades marítimas. A sua memória em Aljezur é uma exceção. A chamada costa alentejana, embora lentamente o xisto se vai transformando em areal extenso. Ultrapassada a serra do Cercal as areias dominam a paisagem, com pequenas exceções. As comunidades são pouco densas e muito separadas entre si. A foz do Mira, o Porto Covo são pequenas unidades sem grande dimensão e muito dependentes do turismo balnear. Exceto Sines o grande porto atlântico, poucas relações trespasam para o exterior, e a pesca de costa é sobretudo à sardinha e carapau na época de verão



Sado

Para norte encontramos o Sado, chamado de Sádão antes das Campilhas de Alvalade nasce a 230 metros de altitude, na Serra da Vigia em Ourique e percorre 180 quilómetros até desaguar no oceano Atlântico perto de Setúbal. Tem uma Bacia Holográfica com uma área de 7692 km², Nos tempos históricos era navegável até Alcácer e Porto Rei.



O Sado drena uma parte da planície quaternária, sendo possível que fosse também espaço de drenagem das Campilhas do Alto Sado, incrustadas entre a serra algarvia e do Cercal, sem ligações ao mar. É por isso um sistema bastante diferenciados, com pequenas comunidades de rio, em diálogo com as culturas dos arrozais e

outrora do sal, mas que a partir de Setúbal e Sesimbra se assume como rio de forte identidade atlântica. Espaços industriais, de todo o tipo de pesca, desde a de fundo, até à de arrasto. Tem por isso espaços de memória diferenciados e voltados para diferentes objetos, embora com narrativas clássicas, sendo que nos espaços naturais emergem os discursos didáticos em torno da ciência natural.

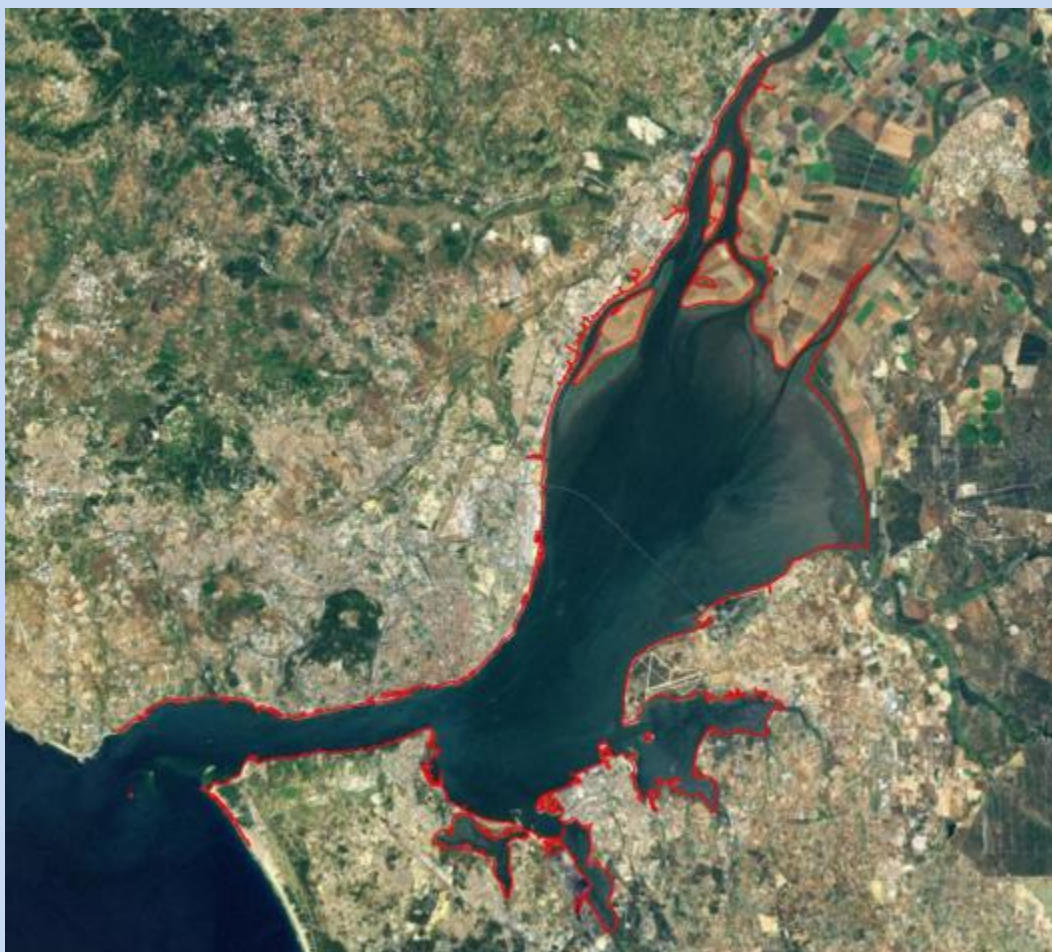




Tejo

O Tejo nasce em Espanha - onde é conhecido como Tajo - a 1 593 m de altitude na Serra de Albarracín, e desagua no Oceano Atlântico, em Lisboa. Tem uma extensão de 1 007 km e uma bacia hidrográfica é de 80 600 km². Nos tempos históricos era a principal via de penetração no interior, com a sua fértil lezíria ser uma das melhores áreas agrícolas da península. Dá acesso a cidade como Santarém, Abrantes. São seus principais afluentes, o Nabão que banha Tomar e o Zêzere de navegação difícil, na margem norte e o Sorraia na margem esquerda.

55



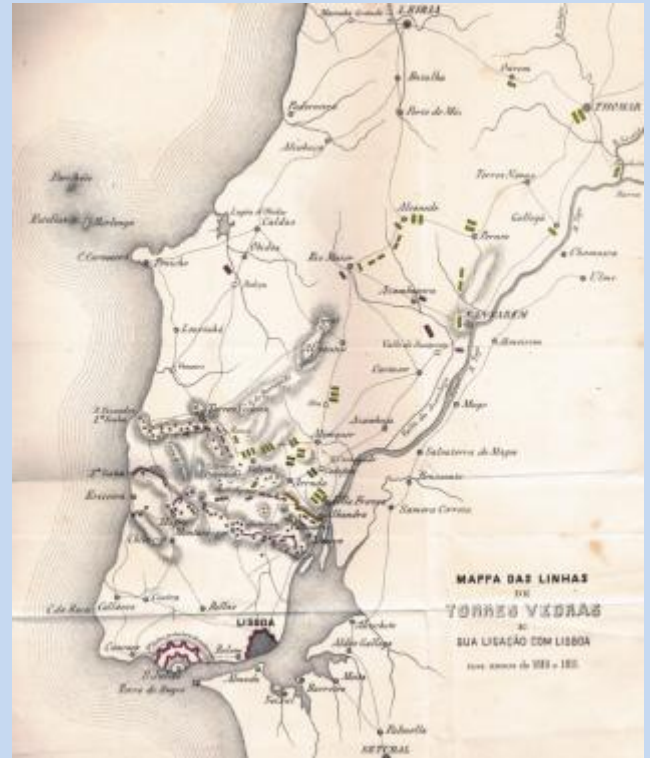
O imenso estuário do Tejo é um mundo que se constitui como uma exponha dorsal do país. A sua margem sul em termos de características de hinterland é bastante semelhante ao Sado, caso podendo com ele formar um sistema, onde apenas a Arrábida se distingue. No entanto, a lezíria é uma das mais produtivas regiões agrícolas, encontrando quase todos os aglomerados ribeirinho ligados as atividades agrícolas, de pesca e transporte fluvial. Foi também nesta região que no século XIX se ensaiaram vários processos de modernização, seja da agricultura em Rio Frio, ou da Industria, no Barreiro e Vila Franca. Os pontos de memória são múltiplos e diversificados. Alguns formam mesmo inovadores no tempo em que surgiram, como o Ecomuseu do Seixal”, no

entanto na sua maioria dos casos os discursos são clássicos. Há naturalmente abordagens inovadoras onde o mar surge como referencia. O Oceanário é um importante ponto, o Pavilhão do Conhecimento promoveu uma exposição “o mar é fixe” com uma preocupação didática de chamar a atenção para a sua riqueza. Os discursos são no entanto muito centrados nos seus produtores e poucas ligações são feitas com as comunidades que vivem do mar. Continuando para oeste, Cascais é uma referência nos locais de memória pelo seu discurso revivalista e turístico. O seu museu do mar apresenta um discurso enxuto e erudito.



Ribeiras da Estremadura

57 Voltando o cabo da Roca e passando a magnífica serra de Sintra a Ericeira é já um mundo de transição. A Estremadura até aos areais de Leira é costa acidentada e rochosa. Os portos de abrigo encaixam-se entre rochas aproveitando abrigos naturais. Embocaduras de rios ou ribeiras de pequena dimensão que drenam a norte da serra de Sintra e a leste da Serra de Montejunto e Aires Candeeiros. Alguns dos cursos de água como o Alcoa (Alcobaça), Tornada (Salir) Arnoia (Óbidos), o Real (Bombarral), Sizandro (Torres Vedras), correm em vales férteis, justificando n os tempos históricos a construção de defesas militares, outras, com o Lisandro, em vales de seixos e burgaus, pouca agricultura permitem.



Peniche e os seus lugares de memória rivalizam com a garria Nazaré transformada em ícone das comunidades piscatórias cujas mulheres usam inexplicavelmente sete saias para alugar quartos a turistas de mochila. A pesca domina em articulação com a agricultura, agora em terras onde a areia se mistura já com argilas. Para além dos discursos mnemónicos tradicionais, os lugares de memória não deixa de ser espaços de revivalismo.



Rio Lis

Nasce a sul Cortes, e passa por Leiria, onde se juntam também às do Rio Lena. Nas suas planícies aluvionares, que localmente se chamam os Campos do Lis, são terras férteis para a agricultura e fruticultura. Desagua no atlântico na praia de Vieira de Leiria.



58

Na paisagem costeira emergem os grandes areais de Leiria. Entre a foz do Lis e a do Vouga, passando pelo Mondego, a paisagem assemelha-se. O predomínio das areias e das culturas florestais, a emergência de vastas áreas lagunares criam economias muito interdependentes, aqui e acolá polvilhadas por heranças de indústrias transformadoras



[illegible]



Rio Vouga

Nasce na Serra da Lapa, em Sernancelhe, passa por várias localidades com o seu nome como Pessegueiro do Vouga, Sernada do Vouga, Sever do Vouga, Macinhata do Vouga e Vouga. Passa por São Pedro do Sul e Vouzela e Angeja. Após Cácia, perto de Aveiro. Formam-se inúmeros canais de terrenos pantanosos que se estruturam a Ria de Aveiro, onde desagua, com uma extensão de 149 km.



61

O Sal e o Bacalhau constituem o centro das narrativas de memória, com o moderno museu de Ílhavo a capitanear os rumos das memórias. Algumas novas experiências surgem e algumas memórias orais têm vindo a ser recolhidas. As festas são na maioria dos casos mantidas e ajustadas aos novos tempos e públicos. Uma região varina com um centro em Ovar, comunidade que vivem entre as gândaras e o mar. Com exceção do grande porto de Aveiro predomina uma ideia de isolamento. Os pontos de memória também parecem estar pouco articulados entre si. No entanto as boas condições portuárias tornam esta região um interface dinâmico, fazendo com que estas cidades cosmopolitas contratem com a secura das comunidades das areias do moliço. Isso também se reflete nos seus lugares de memórias





Rio Douro

Nasce em Espanha na província de Sória, nos picos da Serra de Urbião (Sierra de Urbión), a 2.080 metros de altitude e atravessa o norte de Portugal, para desaguar no Porto. Tem uma extensão 927 km de comprimento. Nas suas margens graníticas cultiva-se o vinho, formando a paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro.



Prosseguindo encontramos a foz do douro, que tal como o Tejo é um mundo. Uma memória bem marcada, cosmopolita acaba por irradiar para norte até Viana.



Rio Ave

Nasce na Serra da Cabreira, concelho de Vieira do Minho, a cerca de 1200 m de altitude, no Pau da Bela. Percorre cerca de 85 km até desaguar no Oceano Atlântico, a sul de Vila do Conde. Tem uma área de 1390 km². Algumas das cidade históricas do norte são banhadas pelo rio, tal como Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

O sistema vai-se repetindo. Nas embocaduras do rio comunidades dedicadas à pesca, à construção naval, ao comércio, profundamente articuladas com o interior agrícola. Cada foz é um mundo. Cada espaço tem os seus lugares de memória. Embora todos eles à primeira vista parecem semelhantes, aqui e acolá emergem as diferenças identitárias, aqui os poveiros, acolá as vianas. Umas festas são mais vistosas do que outras, tudo de pende da riqueza disponível na articulação com o mar.



Rio Cávado

Nasce na Serra do Larouco, na fonte da Pipa, perto de Montalegre a 1520 m de altitude. Passa por Póvoa de Lanhoso, Vila Verde, Braga, Barcelos, e Esposende e desagua. Tem uma extensão de 135 km.

65



Rio Lima

Nasce na Galiza (rio Limia) a uma altitude de 975 m no monte Talariño, na província de Ourense. Entre em Portugal no Lindoso e passa por Ponte da Barca e Ponte de Lima, até desaguar no Oceano Atlântico junto a Viana do Castelo, após percorrer um total de 135 quilómetros.

66



Rio Minho

Minho (Miño) nasce a uma altitude de 750 m na serra de Meira, na Galiza e percorre cerca de 300 quilómetros até desaguar no oceano Atlântico a sul da localidade da Guarda e a norte de Caminha. Serve de fronteira internacional. Passa por Lugo, Ourense, Melgaço, Monção, Tui, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha.

Em vila nova de Cerveira localiza-se o Aquamuseu do Rio Minho onde está recriado todo o percurso do rio Minho, das suas espécies (estão representadas 40 vivas), das tradições e atividades que lhe estão associadas.



Em síntese da análise das dimensões das exposições das narrativas do mar existentes nos lugares de memória podemos considerar que predominam os objetos reais e as réplicas, muitas vezes formatadas ou concebidas para se enquadrarem nos espaços expositivos. Há muito poso elementos virtuais, sendo no entanto o recurso à fotografia e ou videograma bastante frequente, sobretudo quando se reconstroem retratos das antigas companhias do bacalhau.

68

Em relação aos eixos expositivos as fundamentações das exposições prendem-se predominantemente com as atividades tradicionais da pesca e do transporte marítimo, aqui e acolá olhando para os processos de construção de embarcações tradicionais. Os processos de produção de imagens são eles próprios também tradicionais.

Os conceitos geradores na maioria dos casos estão muito ligados ao passado próximo, olhado como estando em perigo de desaparecimento. Há muito poucos conceitos que se prendem com os novos usos do mar. Numa maneira geral as modulações das exposições são tradicionais, promovendo a separação por unidades temáticas, raramente se verificando uma abordagem integral ou a busca de conhecimentos alternativos.

Se analisarmos os processos participativos das comunidades marítimas, verificamos que tem uma reduzida influencia na produção das narrativas. Eles são hipertexto, muita vezes o protagonista, mas raramente emerge o agente na sua dimensão atual ou a comunidade nos seus problemas atuais. Na nossa análise não foi possível captar com rigor os processos participativos, uma vez que isso exigia desenvolver entrevistas locais.

A partir desse fato, da relativa invisibilidade das comunidades marítimas na construção dos futuros é possível mobilizar para a construção de outras narrativas que recolorem os lugares de memória no centro dos problemas da modernidade.¹¹

¹¹ As pinturas são da autoria de Almada Negreiros e Paula Rego. Fazem parte de um itinerário das representações do mar na pintura em Portugal



Lugares de memória das heranças marítimas

70

Apresentamos agora os resultados das análises aos lugares de memória¹² no âmbito da nossa expedição pela costa portuguesa. A seleção dos lugares foi previamente planeada através da identificação de lugares através de listagens publicadas nos sítios da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar¹³, recursos turísticos e trabalhos académicos¹⁴. O universo identificado é bastante vasto e impunham desde logo algumas restrições à visita da totalidade, sobretudo os espaços situados nas regiões autónomas.¹⁵ Por outro lado o tempo disponível para a execução da viagem, o tempo das férias, e o seu custo também constitui uma limitação temporal e física já que nos obrigou a contenção de orçamentos com estadas. O ajustamento dos locais a visitar foi efetuado *in situ*, isto é a partir das observações e das informações obtidas localmente determinou a forma final das visitas. Não temos um universo exaustivo, mas um universo possível.



Iniciando o percurso pelo Rio Guadiana, percorrendo a costa algarvia de sota-vento para barlavento até Sagres, subindo para norte até ao rio Minho visitamos as seguintes instituições de memória:

Algarve

1. Campo Arqueológico de Mértola/ Parque Natural do Vale do Guadiana
2. Museu do Rio, em Guerreiros do Rio, Alcoutim
3. Sapal de Castro Marim
4. Parque Natural da Ria Formosa,
5. Centro Ciência Viva Tavira.

¹² Lugar de memória é um conceito histórico utilizado pelo historiador francês Pierre Nora em *Les Lieux de Mémoire* (1984). Preocupado com a volatilidade dos tempos e da sua erosão nos elementos do que se considerava a identidade francesa, procedeu a um diagnóstico exaustivo dos elementos materiais e simbólicos, incluindo os monumentos, as construções relevantes, as festas os museus, arquivos e bibliotecas.

¹³ www.emam.com.pt, consultado em 15 de maio 2012,

¹⁴ Entre os quais salientamos o trabalho de Sancho Querol (2010), à qual agradecemos a informação disponibilizada

¹⁵ Socorremo-nos para o efeito dos trabalhos profissionais realizados em 1999 na Região da Madeira (Leite, 2000) e das visitas privadas que efetuamos aos Açores

6. Arraial Ferreira Neto, Tavira
7. Museu Municipal de Tavira.
8. Museu Municipal de Olhão.
9. Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão, Faro
10. Museu Regional do Algarve,
11. Museu de Arqueologia de Albufeira
12. Museu e Biblioteca da Junta de Freguesia de Estombar, Lagoa.
13. Museu do Trabalho Municipal de Portimão.
14. Museu da Santa Casa da Misericórdia de Alvor, Portimão.
15. Museu da Escravatura Lagos
16. Museu Municipal de Lagos, Museu Dr. José Formosinho,
17. Centro Ciência Viva de Lagos
18. Núcleo Museológico da Fortaleza de Sagres
19. Museu do Mar e da Terra, Aljezur
20. Parque Natural do sudoeste Alentejano e Costa Vicentina



Alentejo

1. Museu de Arqueologia e Etnografia de Sines.
2. Lagoa de Santo André e Sancha
3. Reserva Natural do Estuário do Sado



Estremadura

1. Museu do Trabalho Setúbal Michel Giacometti
2. Museu do Mar, Museu Municipal Sesimbra.
3. Museu Oceanográfico Prof. Luiz Saldanha, Portinho da Arrábida, Setúbal.
4. Parque Natural Serra da Arrábida
5. Arriba fóssil da Costa da Caparica
6. Núcleo Naval, Museu da Cidade, Almada.
7. Ecomuseu do Seixal
8. Museu Municipal, Montijo
9. Núcleo museológico da Sociedade Cooperativa União Piscatória Aldegalense
10. Museu Municipal, Alcochete.

11. Fluviário de Mora, Mora, Parque Ecológico do Gameiro
12. Cais do Arrepiado, Cartaxo
13. Museu do Rio de Constância
14. Museu Municipal de Vila Franca de Xira
15. Museu de Alhandra Casa Dr. Sousa Martins.
16. Oceanário de Lisboa
17. Pavilhão do Conhecimento, Lisboa
18. Museu de Marinha Lisboa
19. Museu Nacional de Etnologia, Lisboa.
20. Museu da Cidade, Lisboa.
21. Museu de Arte Popular, Lisboa
22. Aquário Vasco da Gama Lisboa
23. Museu do Mar - Rei D. Carlos, Cascais.
24. Parque Natural Sintra Cascais
25. Museu-Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Ericeira
26. Museu Municipal de Peniche
27. Reserva Natural das Berlengas
28. Casa Museu do Pescador da Nazaré,
29. Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso, Nazaré.



Beira

1. Ecomuseu do Sal, Lavos, Figueira da Foz.
2. Núcleo Museológico do Mar, Buarcos, Figueira da Foz.
3. Núcleo do Museu de Marinha, Portugal dos Pequeninos, Sta. Clara, Coimbra.
4. Núcleo museológico da Vagueira
5. Museu Etnográfico da Praia de Mira, Mira.
6. Museu Marítimo de Ílhavo.
7. Museu Municipal de Aveiro
8. Núcleo Museológico do Requeixo, Sant'ana do Requeixo, Aveiro.
9. Museu Etnográfico da Murtosa.
10. Museu de Ovar
11. Reserva Natural das Dunas de São Jacinto



Entre Douro e Minho

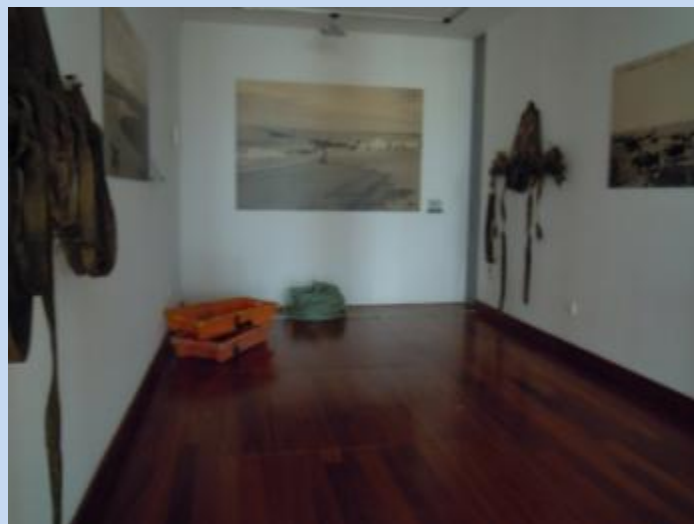
1. Estação Litoral da Aguda "ELA", Vila Nova de Gaia
2. Nucló Museológico da Angeiras, Espinho
3. Museu da Construção Naval, Vila do Conde.

4. Museu Municipal de Etnografia e História, Póvoa de Varzim.
5. Núcleo Museológico de Esposende, Esposende
6. Parque Natural do Litoral Norte
7. Museu Municipal de Viana de Castelo.
8. Museu Navio-Hospital Gil Eanes,
9. Museu da Freguesia de Carreço.
10. Museu Municipal de Vila Praia de Âncora.
11. Museu Municipal de Caminha

A estes deveremos ainda acrescentar na Região Autónoma da Madeira os seguintes museus: Museu da Baleia, Caniçal, Museu de História Natural, no Funchal, o Centro de Ciência Viva de Porto Moniz, Museu Etnográfico da Ribeira Brava, e a Casa Colombo em Porto Santo, não considerando as reservas e parques naturais onde naturalmente sobressai a importância das Ilhas Desertas e Selvagens, santuários da vida natural.

Na Região autónoma dos açores conhecemos, na Ilha do Pico, de tradição baleeira, o Museu dos Baleeiros em São Roque do Pico, e o Museu da Baleia nas Lajes do Pico, no Faial, a Casa Peter Scrimshaw, Faial e o Centro de Interpretação dos Capelinhos. Na Ilha de São Miguel encontramos o Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, o Museu Municipal de Vila Franca do Campo, e Museu de Santa Cruz da Graciosa, São Miguel, Açores.

Note-se que existem ainda um conjunto de equipamentos dedicados a atividades fluviais e pesca fluvial em vários locais do interior que aqui não consideramos, com exceção do vale do Tejo. Uma pequena análise sobre a distribuição regional dos equipamentos mostra que a Estremadura é a região que mais equipamentos apresenta com cerca 37 % do total (considerando aqui a profunda influencia estuarina), seguido do Algarve com 25 % dos lugares, a quês se segue Entre Douro e Minho com 19 %, a Beira com 14/ e finalmente o Alentejo com apenas 4 %. Note-se ainda que neste rácio contabilizamos os Espaços de proteção ambiental, já que na maioria dos casos dispões de espaços de memória



Dimensão de Análise do Espaço

Na abordagem do espaço usamos como metodologia a análise da *dimensão poética*, uma ferramenta que temos utilizado no urbanismo. Ele resulta de algumas abordagens vinda de diferentes campos, como a antropologia do espaço, da sociologia urbana, da história urbana, da psicologia social e tem como base uma análise de conteúdo onde a orientação no espaço é entendida como um processo cognitivo onde os seus pontos referenciais são integrados em mapas cognitivos, conforme se apresenta no capítulo 3. A metodologia procura entender o “*espírito do lugar*”, a sua dimensão utópica (de para além do sítio) a partir da qual se podem construir conceitos estruturantes que orientem a produção de meta narrativa.

A poética no urbanismo emerge na leitura do património como uma dimensão da narrativa sobre o espaço. Ela permite captar de forma intuitiva os processos de transformação. A poética apresenta uma dimensão exegética (de exegese ou transcendência) que liberta significados contidos nas formas,

através da verbalização e ritualização (os movimentos pendulares e as festas). Ao mesmo tempo apresenta uma dimensão inclusiva ou teórica, (a imanência, como uma busca do todo na essência das coisas) porque produz um discurso contextualizado num espaço e num tempo, onde tradicionalmente se procuram captar os fenómenos. Ora este discurso contextual recria sucessivamente a experiência social, constituindo as narrativas desenvolvimento delas mesmas.

A poética como ato comunicativo permite produzir significados plurais, através dos quais se podem constituir leituras inovadoras. A dimensão poética traduz-se por uma experiência do sensível. Uma viagem dos sentidos pelo espaço na busca de momentos processuais.

A poética como experiência no espaço é uma experiência de intersubjetividade onde os diversos sujeitos se deslocam no tempo e no espaço em torno de objetos socialmente significativo, de herança comum, para, em conjunto reconstruírem os elementos que lhes são comuns, criando novos sentidos e novos processos.

A questão da poética é também relevante para ultrapassar as questões da autenticidade (Declaração de Veneza, 1962). Perante a emergência da fenomenologia processualista dos objetos patrimoniais, a conclusão da evidência da sua condição metonímica seria inevitável. Fora das narrativas hegemónicas o



objeto patrimonial nega-se a si mesmo. A poética permite a emergência da inovação em ambientes inclusivos das diversidades.

Dimensão de análise dos lugares de memória

75

Para a análise dos lugares de memória utilizamos uma metodologia de análise do conteúdo das dimensões narrativas dos espaços de memória. Trata-se duma metodologia que apresentamos na nossa tese (Leite, 2012) e que se pode resumir nos seguintes pontos. Cada espaço (lugar de memória) visitado é olhado a partir de um roteiro previamente preparado onde se avaliam as dimensões da narrativa, os eixos expositivos e os olhares sobre o discurso.

Na dimensão da narrativa é verificado se os objetos apresentados são reais, isto é se a exposição



e constituída por objetos reais, por réplicas ou por elementos virtuais. Estas dimensões determinam a forma como o sujeito se apropria da narrativa.

Nos eixos da exposição são analisados os processos de construção de narrativa, olhando para o espaço como um espaço fechado ou aberto, (se tem um percurso proposto ou se é de livre usufruto), são analisados os processos de produção imagética, ou os cenários de representação bem como os processos de comunicação, constituído pelo conjunto de informação acessória deliberadamente ou não produzida para o entendimento da proposta narrativa.

Finalmente a análise dos olhares sobre os discursos, procuramos olhar para a proposta identificando o seu conceito gerador, os modos como os seus conteúdos são modelizados para produção de um discurso, procurando as formas de ajustamento dos discursos aos espaços, os recursos cénicos utilizados para realçar formas e narrativas.

A partir destas três linhas de análise produzimos uma análise crítica do espaço e da narrativa expográfica. Essa leitura envolve a dimensão da exposição, a análise do seu volume. Seja em termos de recursos usados, seja em termos de intensidade de produção de sensações e conhecimentos inovadores.

Analise dos Resultados

76

Cada espaço visitado é alvo de uma observação, sendo os seus resultados anotados em fichas de notação. O preenchimento dessa ficha pode e deve ser completado com informações relevantes sobre a organização do espaço, sobre o seu funcionamento e tutela, modos de contacto e materiais disponíveis para as ações museológica. Podem e devem igualmente ser feitas entrevistas aos funcionários em serviço e se possível aos diretores. Dada a necessidade de programar esse tipo de trabalho, em circunstâncias normais as visitas aos lugares de memória ocorrem em diferentes tempos, o que também ajuda a entender as diferentes dinâmicas do espaço.

Neste nosso trabalho, pelas circunstâncias do tempo disponível apenas efetuamos breves contactos de observação com os lugares de memória. Por esse motivo as fichas dos equipamentos referenciados ficaram nalguns casos incompletas, noutras (quando o espaço estava fechado) vazias. Não foram entrevistados os diretores de forma regular.



Por esse motivo consideramos irrelevante fazer uma análise unidade a unidade, preferindo fazer uma análise mais centrada na região. A busca de definição do espaço de maritimidade é um exercício sobre o qual construímos as análises das narrativas geoculturais. Ou seja, cada espaço não existe em si como um elemento, mas sim em relação ao território onde se enquadra, às comunidades que o habitam e o usam. O que procuramos averiguar é a adequação das narrativas aos espaços que procuram representar.

As comunidades marítimas, aquelas que usam o mar como espaço de atividades, necessitam de espaço intersticiais. O uso do mar em navegação exige uma plataforma. Desse modo a passagem do meio para outro exige um porto de abrigo, um ponto de amarração que permita não só o transbordo em segurança, como também a amarração do navio fora dos períodos de uso. Um fator que condiciona o uso do mar são as marés. Por essa razão, para além das razões de defesa e abastecimentos de água, a escolha de locais de implantação das comunidades resulta dum conjunto de condições prévias. Naturalmente que com a modernização tecnológica as estruturas portuárias foram evoluindo, permitindo grandes obras de arte que podem assegurar os fundos e a segurança.

Contido o que nos interessa no nosso caso é considerar o espaço de implantação das comunidades costeira, como potencial de uso do mar por via de plataformas. Deste modo excluimos as urbanizações turísticas, exceto nos casos onde se verificam a existência de marinas ou cais. Ora essas condições naturais ocorrem muito frequentemente na foz dos rios, ou nas áreas imediatamente adjacentes. Em alguns casos, com origens nas armações podem verificar-se aglomerados sobre o areal.

Os territórios do mar para além da ligação aos ciclos da natureza estão também muito associados às atividades de recolção. Como tal, olhando para as áreas urbanas procuramos identificar os territórios de caça, sejam eles de mar ou borda-d'água, os espaços de transporte, por via de ligações entre comunidades, os espaços residenciais, de recolhimento e de lazer, geralmente de uso público. Para além disso olhamos para os espaços intersticiais como espaços de atividade logística, seja de estaleiro, seja de arrumos, seja simplesmente de preparação das artes. Na maioria dos casos para além do acesso a fontes de água doce é também necessário um *hinterland* agrícola para providenciar o complemento proteico.



Grosso modo podemos então caracterizar os espaços marítimos a partir dos seus territórios de caça, no mar, e das suas ligações com o sistema agrícola envolvente. São esses os elementos de diferenciação, já no interior do espaço urbano, território ribeirinho e cais há semelhanças estruturais entre as comunidades ribeirinhas, embora se possam verificar conflitos de usos, seja em relação aos cais, sejam em relação ao espaço ribeirinho, muito cobigado pelo turismo.

Em função da variação da tipologia da pesca e da especialização do *hinterland*, dada pela configuração geográfica criamos então as nossas unidades de análise.

Assim temos uma primeira unidade que incide sobre o rio Guadiana. São narrativas que se centram nas atividades do rio, no comércio de produtos agrícolas e mineiros, na pesca. É um mundo com ritmos lentos, com objetos ainda próximos dos seus tempos de uso ou ainda em uso, com discursos expositivos e processos de comunicação clássicos, embora em alguns sítios se verifiquem algumas abordagens mais modernas.

Passada a unidade territorial do Guadiana entramos no Espaço da Ria Formosa. Uma imensa área protegida que se prolonga até à Ribeira de Quarteira.

Aproveitando pequenos braços de rio existem pequenos e médios portos de pesca, como no Rio Gilão no Rio Eta, em Olhão, que como o nome indica teria sido uma fonte de água, na Foz da Ribeira de Quarteira. Os braços de ria também deram origem a alguns cais e pequenos portos, como em Cabanas, Santa Luzia, Faro. É uma zona de pesca de bivalves, moluscos e pesca de alto. Na memória do espaço estão as armações de atum que até à década de setenta faziam a riqueza da área.

A partir de Olhos de Água para Barlavento, até Lagos, as comunidades costeiras abrigam-se em pequenas enseadas, ou em Praias Abrigadas. Embora albufeira tenha perdido a sua função de porto de pesca, é uma zona de pesca costeira muito procurada para peixes de pequeno porte, sardinhas, carapaus, sargos, robalos, algum marisco. As áreas lagunares estão em franco assoreamento. Portimão na foz do Arade é o grande porto de pesca e antiga vila conserveira. Em termos de espaço de memória as características são idênticas, com Portimão a apresentar uma memória da sardinha com um discurso moderno, em contrapartida com uma presença da memória da pesca em Albufeira quase revivalista.



A costa vicentina para de Lagos, até a Odeceixe, com poucos abrigos naturais tem poucas comunidades marítimas. A sua memória em Aljezur é uma exceção. A chamada costa alentejana, embora lentamente o xisto se vai transformando em areal extenso. Ultrapassada a serra do Cercal as areias dominam a paisagem, com pequenas exceções. As comunidades são pouco densas e muito separadas entre si. A foz do Mira, o Porto Covo são pequenas unidades sem grande dimensão e muito dependentes do turismo balnear. Exceto Sines o grande porto atlântico, poucas relações trespassam para o exterior, e a pesca de costa é sobretudo à sardinha e carapau na época de verão

Para norte encontramos o Sado. O Sado drena uma parte da planície quaternária, sendo possível que fosse também espaço de drenagem das Campilhas do Alto Sado, incrustadas entre a serra algarvia e do Cercal, sem ligações ao mar. É por isso um sistema bastante diferenciados, com pequenas comunidades de rio, em diálogo com as culturas dos arrozais e outrora do sal, mas que a partir de Setúbal e Sesimbra se assume como rio de forte identidade atlântica. Espaços industriais, de todo o tipo de pesca, desde a de fundo, até à de arrasto. Tem por isso espaços de memória diferenciados e voltados para

diferentes objetos, embora com narrativas clássicas, sendo que nos espaços naturais emergem os discursos didáticos em torno da ciência natural.

O imenso estuário do Tejo é um mundo que se constitui como uma exponha dorsal do país. A sua margem sul em termos de características de hinterland é bastante semelhante ao Sado, caso podendo com ele formar um sistema, onde apenas a Arrábida se distingue. No entanto, a lezíria é uma das mais produtivas regiões agrícolas, encontrando quase todos os aglomerados ribeirinho ligados as atividades agrícolas, de pesca e transporte fluvial. Foi também nesta região que no século XIX se ensaiaram vários processos de modernização, seja da agricultura em Rio Frio, ou da Indústria, no Barreiro e Vila Franca. Os pontos de memória são múltiplos e diversificados. Alguns formam

mesmo inovadores no tempo em que surgiram, como o Ecomuseu do Seixal”, no entanto na sua maioria dos casos os discursos são clássicos. Há naturalmente abordagens inovadoras onde o mar surge como referencia. O Oceanário é um importante ponto, o Pavilhão do Conhecimento promoveu uma exposição “o mar é fixe” com uma preocupação didática de chamar a atenção para a sua



riqueza. Os discursos são no entanto muito centrados nos seus produtores e poucas ligações são feitas com as comunidades que vivem do mar. Continuando para oeste, Cascais é uma referência nos locais de memória pelo seu discurso revivalista e turístico. O seu museu do mar apresenta um discurso enxuto e erudito.

Voltando o cabo da Roca e passando a magnífica serra de Sintra a Ericeira é já um mundo de transição. A Estremadura até aos areais de Leira é costa acidentada e rochosa. Os portos de abrigo encaixam-se entre rochas aproveitando abrigos naturais. Peniche e os seus lugares de memória rivalizam com a garria Nazaré transformada em ícone das comunidades piscatórias cujas mulheres usam inexplicavelmente sete saias para alugar quartos a turistas de mochila. A pesca domina em articulação com a agricultura, agora em terras onde a areia se mistura já com argilas. Para além dos discursos mnemónicos tradicionais, os lugares de memória não deixa de ser espaços de revivalismo.

Entre a foz do Lis e a do Vouga, passando pelo Mondego, a paisagem assemelha-se. O predomínio das areias e das culturas florestais, a emergência de

vastas áreas lagunares criam economias muito interdependentes, aqui e acolá polvilhadas por heranças de indústrias transformadoras. O Sal e o Bacalhau constituem o centro das narrativas de memória, com o moderno museu de Ílhavo a capitanear os rumos das memórias. Algumas novas experiências surgem e algumas memórias orais têm vindo a ser recolhidas. As festas são na maioria dos casos mantidas e ajustadas aos novos tempos e públicos. Uma região varina com um centro em Ovar, comunidade que vivem entre as gândaras e o mar. Com exceção do grande porto de Aveiro predomina uma ideia de isolamento. Os pontos de memória também parecem estar pouco articulados entre si. No entanto as boas condições portuárias tornam esta região um interface dinâmico, fazendo com que estas cidades cosmopolitas contratem com a secura das comunidades das areias do moliço. Isso também se reflete nos seus lugares de memórias.

Prosseguindo encontramos a foz do douro, que tal como o Tejo é um mundo. Uma memória bem marcada, cosmopolita acaba por irradiar para norte até Viana. O sistema vai-se repetindo. Nas embocaduras do rio comunidades dedicadas à pesca, à construção naval, ao comércio, profundamente



articuladas com o interior agrícola. Cada foz é um mundo. Cada espaço tem os seus lugares de memória. Embora todos eles à primeira vista parecem semelhantes, aqui e acolá emergem as diferenças identitárias, aqui os poveiros, acolá as vianas. Umas festas são mais vistosas do que outras, tudo de pende da riqueza disponível na articulação com o mar

Em síntese da análise das dimensões das exposições das narrativas do mar existentes nos lugares de memória podemos considerar que predominam os objetos reais e as réplicas, muitas vezes formatadas ou concebidas para se enquadrarem nos espaços expositivos. Há muito poso elementos virtuais, sendo no entanto o recurso à fotografia e ou videograma bastante frequente, sobretudo quando se reconstroem retratos das antigas companhias do bacalhau.

Em relação aos eixos expositivos as fundamentações das exposições prendem-se predominantemente com as atividades tradicionais da pesca e do transporte marítimo, aqui e acolá olhando para os processos de construção de embarcações tradicionais. Os processos de produção de imagens são eles próprios também tradicionais.

Os conceitos geradores na maioria dos casos estão muito ligados ao passado próximo, olhado como estando em perigo de desaparecimento. Há muito poucos conceitos que se prendem com os novos usos do mar. Numa maneira geral as modulações das exposições são tradicionais, promovendo a separação por unidades temáticas, raramente se verificando uma abordagem integral ou a busca de conhecimentos alternativos.

Se analisarmos os processos participativos das comunidades marítimas, verificamos que tem uma reduzida influencia na produção das narrativas. Eles são hipertexto, muita vezes o protagonista, mas raramente emerge o agente na sua dimensão atual ou a comunidade nos seus problemas atuais. Na nossa análise não foi possível captar com rigor os processos participativos, uma vez que isso exigia desenvolver entrevistas locais.

A partir desse fato, da relativa invisibilidade das comunidades marítimas na construção dos futuros é possível mobilizar para a construção de outras narrativas que recolorem os lugares de memória no centro dos problemas da modernidade.



Parte III



Elementos base para a geo cultura do mar

84

Poderão as questões do mar ser abordadas no âmbito da nova geopolítica é a questão que agora colocamos. Nas várias leituras que efetuamos na busca do paradigma do mar como um “novo desígnio nacional” verificámos que têm sido mobilizadas diversas perspetivas na sua relação com a segurança coletiva, com o risco ambiental, como base da justificação duma nova especialização económica, e também como uma oportunidade de desenvolver uma nova forma de governação. As novas práticas de gestão política implicam novas formas de olhar para a cultura. Como nos avisa Pezarat Correia nesta questão não existem análises que fundamentem experiencias do passado. As novas formas de olhar para o mar implicarão também uma geopolítica do mar ou uma nova geocultural. Esse é uma questão que agora procuraremos desenvolver.

O geógrafo francês Yves Lacoste ensaia uma análise da “Geopolítica do Mediterrâneo” (Lacoste, 2006), onde releva os riscos e conflitos centrado no mar mediterrâneo. No entanto, embora o título centre o estudo sobre o mar, as análises, feitas numa perspetiva e divulgação da ciência como informação para a opinião publica política, não se centram no espaço marítimo em si, mas nos conflitos territoriais dos diversos atores que compõem a região. É certo que segundo diferentes abordagens o mundo mediterrâneo se possa constituir como uma “fronteira” (da Europa, religiosa, demográfica, física, ou mesmo política e económica, mas também segundo outras leituras poderá ser uma unidade “o mundo mediterrâneo”. Um mundo que lido sobre a linha do tempo teve momentos de agregação e desagregação (o mundo romano, o mundo de Filipe II, o mar do Império Otomano).

O que nos interessa aqui relvar é que não é o mar que constitui o foco da análise, mas sim o território. O mesmo princípio segue aliás Pedro Pezarat Correia no seu segundo volume do Manuel de Geopolítica e Geoestratégia, dedicado à “análise geoestratégica do mundo em conflito” (Correia, 2010b). Com uma notável capacidade de análise o livro aplica a análise geoestratégica numa lógica transcalar. Partindo da análise do mundo global como uma zona de tensão e conflito (ZTC) (op. cit., 99) o autor afina a escala de observação em unidades onde emergem fatores de conflitualidade específicos (op. cit., 147). Analisa o autor quatro regiões concretas, a saber: a bacia mediterrânica, a África subsaariana, o oriente asiático e a América latina. Na sua análise utiliza uma



Ilustração 14 Batalha de Vila Franca em São Miguel 1582

metodologia de observação de quatro fatores geográficos (geografia física, humana, política e económica). Estes quatro fatores constituem a base de verificação do potencial de geração de conflitos, através aplicação duma equação que formula o efeito de agregação destes diferentes fatores na coesão interna e no jogo dos atores regionais e globais.

O que nos interessa salientar nestes dois casos analisados¹⁶ é que apesar de nas relações internacionais e nas análises dos conflitos se afirmar a emergência dum novo paradigma de análise geopolítica, o mar é si não é considerado, maioritariamente, um fator de conflito, embora o seu controlo como espaço de circulação seja fundamental¹⁷. No entanto se olharmos numa perspetiva de acesso a recursos naturais facilmente se antevê a elevação do risco de tensão. Riscos que serão no caso do mar português tanto mais elevados quanto maior expressão existir na relação entre espaço marítimo e as capacidades disponíveis para a sua exploração.

Podemos pois partir da premissa que o atual processo de afirmação das soberanias sobre estes espaços pelas nações marítimas é um sinal duma disputa por espaços de recursos potenciais. Nessa disputa os estados frágeis ou de soberanias limitadas dispõem de fracas capacidades de

negociação e de argumentos de difícil afirmação perante poderes mais persuasivos. Desse modo a afirmação do paradigma de regresso ao mar, não poderá deixar ser feito no âmbito dos processos de partilha de soberania.

Mas como vimos no âmbito das novas relações de força internacionais, a questão não pode ser hoje vista sem atendermos também aos riscos e desafios ambientais, das capacidades de governação, de gerar recursos e capacidade



Ilustração 15 Conquista de Tanger por Dom Afonso V

¹⁶ Poderíamos utilizar outros elementos, como por exemplo Samuel Huntington (Huntington, 2009) ou Joseph Nye (Nye, 2002), mas seriam redundantes

¹⁷ A exceção será a tese de José Manuel Pureza "O património comum da humanidade" (1998), onde inventaria três áreas de tensão de soberanias, o mar, o espaço e a Antártida. Uma tensão entre aquilo que pode constituir a apropriação liberal dos estados hegemónicos face a "direito internacional solidário", um regime *res communis*, como defende o autor, como base do património comum.

tecnológica. Estes são hoje desafios em mutação que é necessário clarificar. Rendibilizar a exploração dos recursos, assegurar a circulação de pessoas e bens e a segurança e defesa do espaço sobre as diferentes formas de soberania constituirão elementos permanentes, a que se adicionam novos desafios das soberanias partilhadas. Entre as várias questões que tem vindo a ser colocada no âmbito da questão das novas problemáticas nas Relações Internacionais, vários autores tem falado da emergência de novos atores e protagonistas (Guedes, 2010).



Ilustração 16 Batalha naval de Lepanto em 1571

Como sabemos a matriz das relações internacionais emerge no âmbito do que se convencionou chamar matriz Westfaliana¹⁸. Na emergência as centralizações do estado, e nos alvares da emergência dos nacionalismos, consolida-se lentamente a separação do domínio público do domínio privado. Hoje considera-se que após a organização das instituições de regulação das Nações Unidas acaba por emergir um domínio universal.

A afirmação do poder do estado afirma-se como aglutinador do conjunto social, dando origem ao que a antropóloga britânica Benedict Anderson chamou “Comunidade Imaginadas” (Anderson, 2005). Segundo a autora, a nação moderna é uma representação que um grupo cria sobre si próprio, a partir de três eixos axiomáticos. A linguagem escrita sobre as origens sagradas (que conferem um componente de verdade ontológica); a organização interna dos membros do grupo em hierarquias de lealdades centrípetas (o topo da pirâmide é o elemento nodal

¹⁸ Referente ao conjunto de Tratados na segunda metade do século XVII, através dos quais se formalizou a paz na Europa após a guerra dos 30 anos.

da organização social); e a partilha de espaços e tempo comuns que formam uma cosmovisão de si própria (op. cit. 31-64). Segundo a autora a ciência moderna havia produzido uma rutura no pensamento medieval introduzindo a noção do tempo linear. O tempo medieval era cíclico e em contraponto a modernidade pensa o tempo como uma linha que vinda do passado se projeta no futuro. O domínio do tempo permite que vários membros duma comunidade partilhem um espaço, e em torno dele constituem uma cultura. A cultura deve ser entendida aqui como as estruturas de agregação, que podem ser simbólicas, linguísticas e de legitimação. A partilha do espaço e do tempo permita a configuração do território sobre o qual se reconstrói a narrativa da comunidade como devir.

Esta visão do mundo que se constitui como comunidades (estados) imaginadas, que através



Ilustração 17 Batalha do Cabo Espichel 1180

de tratados partilham os espaços, comprometendo-

se cada uma delas a não sair do seu território em troca da não-ingerência nos assuntos internos das outras comunidades internacionais constituiu a base das relações internacionais modernas e das ações de defesa da paz entre as nações vista a partir daí como uma "balança de poderes". Não vamos aqui abordar a complexidade deste fenómeno, que teve tantas tão brilhantes contribuições ao longo dos últimos dois séculos¹⁹, do realismo, nem a teoria liberais sobre a "paz democrática"²⁰ ou mesmo do construtivismo, que propõe a busca dos elementos normativos da construção da paz pelo Direito.

Vemos procurar relevar alguns elementos de inovação epistemológica, para responder á nossa questão sobre o mar. A afirmação da comunidade internacional através de atores estatais que não interferem nos assuntos internos dos outros estados constitui um paradoxo que alguns autores têm vindo a chamar a atenção (Pureza 2010, 34). Este último autor tem de resto vindo a defender uma

¹⁹ Lembramos aqui, apenas como exemplo os contributos de Kant Paz Perpétua) Hegel (Na filosofia do Estado) e Raymond Aron (A Paz e a Guerra, uma Teoria das Relações Internacionais).

²⁰ Teoria das Relações Internacionais" que afirma que as democracias nunca entram em guerra entre si.

epistemologia crítica das relações sociais com base na emancipação social²¹. Segundo a sua proposta a epistemologia crítica das relações internacionais fundamenta-se na necessidade um novo reequilíbrio paradigmático entre a emancipação e a regulação social²². As possibilidades da resolução deste desafio marcam o cerne da proposta teórica de José Manuel Pureza. No primeiro caso, da emancipação social, a proposta envolve o desenvolvimento dos Estudos para a uma nova reflexão sobre a ética e uma nova práxis política. Essa leitura é feita na



Ilustração 18 Batalha do Tejo em 1384

lição de agregação deste académico (Pureza, 2011). No segundo caso, na regulação social, é proposta a análise das balizas normativas da sociedade internacional, defendendo a relevância do património comum da humanidade. A construção do campo de Estudo para a Paz e a Resolução de conflitos é um exemplo desta proposta (Pureza, 2010).

²¹ Uma boa síntese destes debates encontra-se no texto de José Manuel Pureza (2011), "O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz" em Revista de Relações Internacionais, nº 32, Lisboa, pp 5-21. O texto resulta da Prova de Agregação do autor como Professor de Relações Internacionais na Universidade de Coimbra.

²² A questão da regulação social e da emancipação social tem sido uma proposta teórica desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, segundo o qual muito sinteticamente o mundo moderno constitui-se por via da ciência e do direito através da tensão entre a regulação (conservação) e emancipação (revolução). Para um detalhe da questão veja-se (Santos, 2002)

Segundo o autor é visível uma erosão das teorias tradicionais das Relações Internacionais através de quatro fenómenos²³: Um primeiro elemento é relevado na questão da delimitação da soberania territorial. Segundo o autor desde o fim da segunda guerra mundial tem existido áreas que deixam de pertencer ao foro exclusivo dos sistemas de poder dos estados e que passaram a ser regulados por órgãos emergente de governo mundial. São os campos dos crimes contra a humanidade, dos direitos humanos, dos crimes contra o património e contra o ambiente (op. cit., 38). Um segundo elemento constitui-se através da emergência da regulação de espaços de uso comuns ou de recursos partilhados. São os casos das convenções sobre a exploração da Antártida, dos oceanos, sobre alterações climáticas ou sobre a diversidade biológica, que como vimos são pontos de tensão na comunidade internacional.



Ilustração 19 Batalha de Luanda em 1648

Como terceiro elemento emerge uma alteração nas relações de jurisdição dos estados nacionais sobre os seus cidadãos que decorre do Regime Internacional sobre Direitos Humanos consagrado na Carta das Nações Unidas. Embora com aplicações diferenciadas nos diferentes estados a questão dos direitos humanos acolhe um largo consenso internacional e altera o modo como os estados se relacionam com os seus cidadãos, passando a ser consideradas um conjunto de limitações que decorrem da matéria de aplicação dos Direitos Humanos.

Finalmente o quarto elemento de inovação defendido pelo autor é revelado pela alteração das relações entre os estados, com base no princípio da paz, da

²³ Como se sabe a escola teórica das relações internacionais apresenta sinteticamente três propostas de análise: A escola realista, que apresenta as relações entre nações como um campo de anarquia onde através da balança dos poderes se equilibra o sistema; a escola liberal, que apresenta o modelo democrático como um sistema universal, com base no princípio de que as democracias não entram em conflito entre si; o construtivismo, que defende a necessidade de encontrar a cada momento respostas para os problemas que emergem por via das negociações e compromissos, seja através da diplomacia, seja através de ações militares limitadas. Veja-se para um maior detalhe (Dougherty e Pfalzgraff, 2003)

resolução dos conflitos pela negociação (não utilização da força) e na emergência do direito humanitário e dos direitos humanos em situações de conflito. São estes os elementos que segundo o autor estão em transformação.

Esta necessidade de alteração nas relações entre os estados tem vindo a gerar, quer organismos de regulação supra estatais; quer, a um nível inferior a emergência de organizações não estatais que assumem cada vez mais o papel de atores nas relações internacionais: Sejam elas empresas, corporações, organizações humanitárias ou filantrópicas.

Partindo desta relevância dos novos atores infra estatais nas relações internacionais, que tem vindo a ser salientado por novas abordagens podemos procurar uma análise sobre a forma como as comunidades marítimas se posicionam perante esse novo paradigma.

Essa é de resto uma questão que é abordada por Mário Ruivo e Inês Gameiro em "O Mar nas Mentalidades Nacionais. Mistério/ Descoberta/ Desenvolvimento Sustentável" quando reconhecendo o empenhamento do estado na economia do mar, considera que *"O sucesso na realização deste objectivo depende da mobilização e envolvimento das partes interessadas e da sociedade civil, mediante arranjos institucionais que assegurem uma participação efectiva e informada no processo de decisão"*. (Ruivo e Gameiro, 2006, 87). Propõe-se um maior envolvimento dos grupos da sociedade civil, neste caso a participação das comunidades marítimas como atores de governação. Trata-se portanto duma nova abordagem da governação como cultura.

Este envolvimento da sociedade civil poderá passar pelas instituições de memória ligadas às comunidades costeiras. A questão da pertença ao mar, ou com uma identificação ao mar é um conceito bastante amplo que se presta a diferentes tipos de leitura. Quem pertence à comunidade marítima em Portugal e quem não pertence. Numa visão alargada, a nação, pela sua história é marítima. Numa visão mais focada são os que vivem na margem oceânica ou os que trabalham e dependem do mar. A identidade de cada grupo poderá constituir um indicador. Como vimos acima a noção de comunidade constitui-se como uma representação ordenada com base numa narrativa imaginada que se simultaneamente se autojustifica e se ordena e produz os elementos da sua reprodução.



Ilustração 20 Ataque ao Rio de Janeiro pelos Franceses em 1711

A questão tem algum interesse antropológico. Desde o século XIX que se conhecem alguns trabalhos sobre as comunidades costeiras (Martins, 1997 e 2007). Um exemplo citado pelo autor são os trabalhos de Baldaque da Silva (Silva, 1889), um autor que também já utilizamos a propósito de alguns relatórios profissionais que efetuamos há alguns anos atrás (Leite, 2009). Este trabalho, publicado na fase final do romantismo, um período onde emergem com facilidade narrativas sobre a busca

da essência original da nação é particularmente interessante por mostrar, com detalhe, um retrato da costa portuguesa, dos seus habitantes e das suas formas de vida e trabalho. Trabalhos hoje também relevantes para conhecer o tipo de pescado capturado, para além de outras questões

relacionadas com as técnicas de construção naval, navegação usos e conhecimentos do mar.



Ilustração 21 A derrota da Fragata N°S°Bom Despacho no Mediterrâneo em 1802

Da leitura que então efetuamos desse livro e uma convicção que durante os nossos trabalhos de campo nos ficou é a da profunda relação das populações costeiras e das zonas ribeirinhas com as áreas agrícolas adjacentes. Essa é uma relação que se projeta para o interior pelas vias fluviais até às terras altas transmontanas e às planícies do sul. Segundo o geógrafo Orlado Ribeiro em "Portugal e o Atlântico" (Ribeiro, 1985) verifica-se uma unidade geográfica com base no diálogo desta fachada atlântica, com o seu interior por onde o mediterrâneo emerge. Contudo, como alguns autores tem vindo a salientar (Anderson, 2005, Santos, 2006), no interior dessa comunidade imaginada há subgrupos com identidades diferenciadas e não conflituantes com essa identidade primária.

A condição de homem do mar é uma dessas distinções. Na construção das cosmogonias profissionais a dicotomia entre mar e terra assume um caráter disjuntivo. Essa força de agregação faz parte das identidades profissionais onde o trabalho de grupo implica uma forte entreaajuda. Esse fenómeno pode ser observado na rica iconografia marítima, nas festas marítimas, na religiosidade, na literatura e nas imagens. A arte é aliás uma das formas de dar relevância a essa especificidade por onde emerge um "herói coletivo". Algumas das mais belas obras poéticas ou literárias transportam o mar como cenário narrativo. Os exemplos não

faltam, a começar em “*Os Lusíadas*” de Camões, passando pela “*Mensagem*” de Pessoa, pelas obras de Raul Brandão, até chegarmos à “*Jangada de Pedra*” do Nobel Saramago, ou o “*Regresso das naus*” de Lobo Antunes ou mesmo já a abordagem do *Labirinto da Saudade* de Eduardo Lourenço.

Sendo a condição marítima uma essência da identidade do território, como tem vindo a ser afirmado, como e quando é que se produziu a rutura com essa narrativa identitária.

92

Como já verificamos mais acima, evidencia-se hoje como que uma desfocagem entre o discurso histórico e a condição presente. As comunidades marítimas constituem mundos separados dos mundos urbanos, ou são os olhares sobre elas que as



Ilustração 22 Batalha da Boca do Tigre em Macau - 1810

excluíam para as integrar numa nova ordem. O que Baldaque nos mostra no seu fresco sobre as comunidades é um mundo em mudança com o surgimento da máquina nos transportes. O transporte marítimo passa a ser feito nos vapores, o caminho-de-ferro corre ao longo dos rios, substituindo as barcaças, e mais tarde as estradas em rede levam tudo a todo o lado em qualquer tempo, tornando obsoleta a carga fluvial primeiro e residual a marítima posteriormente. Desaparecido o transporte ficam os pescadores. Por isso também maior a sua visibilidade. A emergência do lazer, e em particular o turismo balnear vai também conflituando com estas comunidades. Os acampamentos, os arrais de espigueiros que ainda nos anos quarenta se espalhavam pelas praias do país são expulso para áreas marginais para deixar as áreas nobres para usufruto dos senhores do comércio, das indústrias e do imobiliário. Cascais, Figueira da Foz Espinho são alguns dos inúmeros exemplos. Mas é sobretudo o aproveitamento industrial da pesca o grande fenómeno de transformação que incide sobre o mundo marítimo que Baldaque nos acaba por revelar. Todo o seu trabalho se justifica por essa visão de progresso e criação de riqueza que então emerge.

Os pescadores e as suas comunidades impuseram importantes formas de resistência ao processo industrial. A proximidade aos ciclos da natureza das comunidades marítimas e as suas necessidades particulares do uso do espaço e dos seus recursos sempre foram fontes de conflitos. A crescente pressão sobre o uso dos solos leva ao reconhecimento de um mundo em transformação. Segundo

Luís Martins as observações de Baldaque da Silva revelam um mundo onde “o valor da troca sobrepesa ao valor do uso” (Martins, 1997), um mundo em transformação, onde é necessário progresso, melhoria das condições de vida e de trabalho. Um mundo onde é preciso aplicar os conhecimentos.

Podemos então concluir, que o chamado voltar de costas do país ao mar, o transformar o mar num espaço de contemplação ao invés de espaço de ação parece mais uma incapacidade de aproveitamento dos recursos e é um processo que já se terá iniciado há mais de cem anos. Assim colocado, não é a história que está errada, mas apenas as opções dos homens que devem ser questionadas, pois esse abandono é uma tendência bastante mais antiga.

Uma das soluções para inverter essa tendência poderia passar por escutar a voz dessas comunidades marítimas, com se tem vindo a defender, considerando-as como uma emergência de novos atores. Do seu

esquecimento falaremos mais à frente. Para já façamos um roteiro pelo espaço como experiencia de reconhecimento. No anexo II faremos a apresentação das unidades de análise de cada um dos espaços patrimoniais visitados.

Estabelecida no início do trabalho como uma das metodologias a desenvolver, importava identificar e planear os locais a visitar. Uma busca rápida através de motores de busca, sobre os museus do mar forneceu resultados insatisfatórios. Por exemplo, um sítio de divulgação turística forneceu uma listagem de quinze museus dedicados ao mar. Pela nossa experiencia profissional verificamos desde logo a ausência de alguns equipamentos relevantes e ficamos com a curiosidade de saber se alguns equipamentos que estavam previstos alguns anos atrás não teriam sido efetivamente implementados.



Ilustração 23 Ataque à Vila da Praia em 1829

Geoestratégia e Geopolítica do Mar

94

Neste ponto procuraremos fazer o enquadramento teórico deste trabalho no âmbito da questão da geoestratégia e da geopolítica no mar. Não é nosso propósito elaborar sobre os seus fundamentos teóricos pelo que partimos das propostas de Pedro Pezarat Correia (Correia, 2010a), e procuramos explorar a sua dimensão no âmbito da problemática do paradigma do mar. Não defendemos a existência ou não duma geoestratégia ou geopolítica do mar nem procuramos elaborar sobre as diferentes análises e teorias sobre estas questões. Procuramos apenas, como salientamos, posicionar o nosso objeto de estudo -as heranças marítimas no âmbito da teoria.

O Instituto de Defesa Nacional tem como missão principal “o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa”.²⁴

Essa importante e fundamental missão tem vindo a ser executada por diferentes processos, no qual este

Curso de Defesa Nacional se insere e se constitui

um exemplo significativo. Entre esses vários processos destaca-se a sua política editorial, através da qual são divulgados os resultados das atividades de investigação e dos vários seminários que tem vindo a promover. A Coleção *Atena* é um dos principais vetores de divulgação da investigação que tem vindo a promover. Através desta coleção podemos reconstituir os percursos dum debate sobre os “caminhos da Nação”, que nos propomos utilizar neste interlúdio. Uma outra linha de edição, a revista *Nação e Defesa*, onde também tem vindo a ser publicados diversas contribuições para o debate sobre o pensamento estratégico nacional, podemos encontrar um debate mais conjuntural, constitui um segundo vetor de análise²⁵.



Ilustração 24 Ataque a Lisboa pela armada Francesa - 1831

²⁴ Artigo 2º nº 1 do Decreto Regulamentar 41/2012 de 16 de maio.

²⁵ Destacamos o número temático 122, publicado em 2009, sobre o tema “O mar no pensamento estratégico nacional”

Logo no início do curso, no módulo dedicado à Estratégia, foram fornecidos vários elementos que nos permitem partir para a problematização do “pensamento estratégico nacional”. Os contributos para a definição de estratégia, do General Abel Cabral Couto constituem um primeiro elemento, que parece reunir a consensualidade. “Podemos considerar o conceito oficioso adotado nos meios militares portugueses de reflexão estratégica” (Correia, 2010a, 33). Partindo da

definição proposta de estratégia como “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitam, ou podem suscitar a



Ilustração 25 Batalha do Cabo São Vicente em 1833

hostilidade de uma outra vontade política”, (Couto, 1988, 209), o autor defende como campo de problematização da estratégia o “*conatus essendi*” (Fernandes, s/d, 1). Esta essência²⁶ manifesta-se pela necessidade de preservação de um indivíduo (ou grupo) face a outro, que também manifesta uma necessidade de sobrevivência no mesmo tempo e no mesmo espaço. A tensão gerada por este conflito forma o campo do pensamento da estratégia.

Como salienta Cabral Couto no seu artigo “*Raymond Aron e as Relações Internacionais*” a teoria da estratégia constitui-se como “um modo de pensar em qualquer domínio da ação social” (Couto, 2007, 85). É certo que esta reflexão é feita a partir da análise da obra de Raymond na sua relação com o tratado “*Da*

²⁶A luta pela vida” é um conceito amplamente discutido pela filosofia na busca da interrogação pelos elementos essenciais da motivação dos indivíduos. Na teoria dos sistemas é hoje utilizada a expressão “autopoiesis”, que relaciona a dialética entre a estrutura a função e a mecânica. Por exemplo na estratégia das células eucariotas, que apresentam uma capacidade de sintetizar toda a informação vital à sobrevivência numa estrutura em código, que é passada à geração seguinte, replicando uma imagem da célula anterior e integrando nova informação de contexto, constituindo um balanço entre a conservação e a inovação.

guerra” de Von Clausewitz²⁷, mas como evidencia Cabral Couto nesta sua brilhante síntese, o pensamento de Aron busca a “*relação entre o conceito e a racionalidade abstrata*” (ibidem). O modo como observamos a realidade a partir desses elementos é a base como construímos a narrativa sobre a análise estratégica. Segundo o autor esse é um método de pensar e analisar. Dele emergem as razões que se constituem como “opções razoáveis” e que fundamentam a ação. Estas opções, com reconhece o autor, são apenas visões possíveis, que a ação poderá influenciar e não relações causais predeterminadas.

Partindo desta definição de estratégia, como modo processual de pensar a relação entre a observação dos reais e as possibilidades da ação, poderemos então analisar o pensamento estratégico português. Ou seja

vamos analisar a forma como os membros duma comunidade nacional pensam e refletem sobre as ameaças e as oportunidades sobre o seu espaço no seu tempo, a partir das probabilidades de sucesso, com base nas vontades políticas (dadas pela história e pelo presente).

Cabral Couto nesse mesmo artigo defende a distinção entre teorias estratégicas clássicas, modernas e pós-modernas (op. cit., 96-97). No primeiro caso estamos perante concepções criadas no seu sentido restrito de “arte da guerra”, ou como elementos da arte do chefe militar; no segundo caso, onde o fenómeno da estratégia estuda os processos de conflitos gerados pela vontade de uma comunidade nacional impor a sua vontade a outras comunidades, ou outros espaços; e no terceiro caso agrupa as teorias cujas concepções transcendem as relações interestaduais e permitem incluir, no campo da conflitualidade entre



Ilustração 26 Operações em Moçambique - Rovuma 1916

²⁷ Carl Von Clausewitz (1780-1831). General prussiano, diretor da Escola Militar de Berlim. Escreveu “Von Kriige (Da Guerra), um clássico do pensamento estratégico. Em Portugal a sua obra foi publicada desde 1976 por diversas editoras, Maria da Fonte (1976), Publicações Europa América (1982) e Edições Sílabo (2005)

comunidades, outras organizações e outros atores que atuam a partir de vontades organizadas.

Utilizando esta proposta de sistematização de Cabral Couto sobre as teorias da estratégia vamos olhar para o mar no pensamento estratégico português numa perspectiva “pós-moderna”. Todavia há aqui uma relação que importa ainda clarificar previamente: O pensamento estratégico português sobre o mar como objeto de análise. Constituirá ou não o mar um objeto autónomo no pensamento estratégico português. Parece-nos que é consensual partirmos da unidade do pensamento estratégico português para uma análise sobre o seu espaço marítimo como especificidade.

97



Ilustração 27 Museu de Marinha em Lisboa

Se analisarmos os vários artigos publicados na edição temática da Revista “Nação e Defesa” dedicado ao “*Mar no pensamento estratégico português*” (Telo, 2009), e utilizando a grelha de análise proposta por Cabral Couto, podemos verificar que nela estão explícitas visões “clássicas, moderna e pós-modernas”. No primeiro caso temos os contributos dos vice-almirantes Cajarabilli e Sachetti. Os dois distintos oficiais da marinha (nessa altura já na reserva, mas ambos com importantes funções cumpridas no ativo) são claros no desenvolvimento das suas análises. No primeiro caso demonstrando o quadro de análise de ameaças previsíveis e justificando o dispositivo de força de resposta (Cajarabilli, 2009), no segundo caso, do vice-almirante Sachetti, procurando alicerçar o seu pensamento nas raízes na ligação da comunidade ao mar, que constituiria a sua matriz original, à qual são adicionadas os elementos de ajustamento que adequam a resposta à conjuntura²⁸. O autor refere que “*ao tratar o **Pensamento Estratégico e o Mar** estamos na fase que precede o processo de definição de uma estratégia e, por outro lado, limitados a um sector específico do pensamento estratégico nacional, o*

²⁸ “A esta matriz de princípios outras ideias serão acrescentadas, mais numerosas e específicas dependentes da actualidade nacional e da conjuntura internacional” (Sachetti, 2009, 121 ss).

que nos liga ao mar. (Sachetti, 2009, 118). O autor fundamenta a sua análise sobre a especificidade do mar no pensamento estratégico em três elementos *“vamos incidir as nossas observações sobre três parâmetros: a mentalidade e as tradições marítimas do povo, os factores do poder nacional a que poderemos recorrer e, a conjuntura internacional”* (Ibidem).

O elemento matricial da condição marítima do território e a sua influência na cultura nacional é um elemento recorrente nas diversas análises que esta questão tem merecido. O território nacional é composto pela praticamente total da fachada oeste atlântica da Península Ibérica, e pelos arquipélagos dos Açores e Madeira, em pleno Atlântico norte. A sua história está incontornavelmente marcada por esta espacialidade. Desde o final de século XIX que diversas abordagens ao fenómeno nacional também têm vindo a valorizar a sua condição atlântica como elemento de identidade, muitas das vezes em oposição à continentalidade do “inimigo natural” castelhano e centralista. Não admira portanto que ao elemento de



Ilustração 28 A marinha assegura a segurança do espaço territorial marítimo

identidade marítima seja dado esse carácter de “valor matricial”, que encontra expressão em todos os aspetos da vida social²⁹.

Quanto aos elementos “fatores de poder nacional” e “conjuntura internacional” que o Vice-almirante Sachetti utiliza na sua análise, para além do fator geográfico que constitui a base do que chama “os fatores de poder ligados ao mar” salienta aquilo a que poderemos chamar “a vontade de ação” (op.cit.). Procurando ultrapassar os determinismos da geografia, com base na análise de casos estratégicos, o oficial da armada afirma que a vontade de afirmar o poder naval advém da vontade própria (do seu povo e dos seus líderes que aproveitam as condições naturais). Finalmente salienta o carácter da “última fronteira” para

²⁹ Esta questão é por nós analisada através da representação do espaço que apresentamos no Anexo I.

sua análise da conjuntura internacional justificar a relevância atual do mar no âmbito do pensamento estratégico (Sachetti, 2009, 124).

Em síntese como resposta da questão sobre o lugar do mar no pensamento estratégico português podemos considerar que ele é um elemento de relevância e de singularidade nas suas diferentes vertentes. Uma relevância que se integra na proposta metodológica do General Cabral Couto acima expressa através duma matriz clássica, (militar), moderna e pós-moderna.

Do ponto de vista clássico, estritamente militar, o pensamento estratégico sobre o mar é claro e estável. Existe um corpo funcional organizado e corporizado na Marinha e na Autoridade Marítima Nacional. A marinha atua através dos meios

disponíveis para assegurar as funções que lhe são atribuídas: A defesa da integridade territorial, a segurança e o controle da navegação, de pessoas e de bens, atua face a ameaças humanas de prática de ilícitos no Direito Internacional ou ameaças de danos ambientais, que implica uma grau de preparação e prontidão de elevada exigência e uma permanente investigação sobre o meio.



A Autoridade Marítima Nacional (AMN) desenvolve missões de natureza de gestão do espaço marítimo nacional, integrando diversos serviços diretamente subordinados à estrutura hierárquica da Marinha tais como a gestão portuária a sinalização marítima e o policiamento da área costeira. (Santos, 2012,91). A Marinha e a Autoridade Marítima atuam no âmbito das suas missões específicas através de meios próprios ou em combinação com outros ramos ou forças de segurança, em missões integradas, e efetua ainda as missões que lhe são atribuídas pelos órgãos políticos da nação em função das suas capacidades. Como opção de planeamento dos seus meios opta pelo “modelo equilibrado” (Carabillis, 2009, 109), que lhe permite operar diversos vetores de força e diferentes cenários. Este modelo de planeamento é o seguido pelas Forças Armadas Portuguesas. Os chefes militares, no âmbito das suas responsabilidades e pela leitura que fazem do real e da sua tradição como corpo, optam pela a diversificação das capacidades de resposta ao invés da especialização que uma concentração de meios obrigaria.

A análise do pensamento estratégico sobre o mar, numa perspetiva moderna também tem vindo a ser elaborado em diversos locais e com diferentes protagonistas, entre os quais, como não podia deixar de ser se encontra o IDN,

através das suas iniciativas, onde aliás tomámos contacto mais profundo com as suas problemáticas e protagonistas³⁰.

Este pensamento poderá ser sintetizado numa forma breve nas questões que tem vindo a ser referenciadas por Tiago Pitta e Cunha, em *"Portugal e o Mar"* (Cunha, 2011), com base numa argumentação sobre o afastamento do mar no âmbito das opções estratégicas nacionais nos últimos 30 anos. Segundo o autor, esse "voltar de costas" para o mar resulta das opções europeias tomadas a partir de 1985. Segundo o autor é tempo de regressar ao mar como um "ativo". Agarrar essa vantagem geográfica e histórica para conceptualizar como oportunidade, alavancando a partir dessa fileira uma "constelação de atividades inter-relacionada". Olhar para o mar como um "cluster"³¹ ou mesmo um "híper cluster" constitui-se como a oportunidade³².

Este esquecimento da matriz marítima, que Tiago Titta e Cunha tenta justificar como uma emergência dum "pensamento arcaico" face á modernidade (da riqueza europeia) terá tido consequências perversas que se expressam no abandono e desinvestimento nacional nas questões do mar. Não faltam exemplos na sua argumentação: o abandono da frota de pesca e o menosprezo pelos assuntos do mar na opinião pública e publicadas. Segundo o autor *"o mar em vez de explorado ou navegado passou a ser apenas contemplado"* (Cunha, 2011, 31). Defende o autor que é necessária a afirmação dum novo paradigma de desenvolvimento para o país com



³⁰ Seminário "O Mar e o Interesse Nacional", realizado em 30 de novembro de 2011. Salientamos também um outro seminário realizado na Fundação Gulbenkian, em novembro de 2010 sobre Políticas Públicas do Mar (Matias, Moreira e Marques, 2010) no qual tivemos conhecimento casual.

³¹ A teoria dos "clusters" que se poderá traduzir em português como "cachos" é oriunda da psicologia moreniana, no âmbito da qual as relações interpessoais se desenvolvem em cachos. Isto é a partir dum determinado ponto de entrada são agregadas outras relações. Sendo que um indivíduo represente em cada espaço do cacho diversos papeis. Nos anos oitenta o economista Tom Peters aplica o termo *cluster* no seu livro "Na busca de Excelência", publicado em Portugal. Porter esteve em Portugal com o seu Seminário (Bertrand, 1994), onde defendeu as suas ideias sobre a agregação de valor numa determinada região. Segundo Peters cada região, numa leitura da sua posição global, deveria procurar a sua especificidade, para através dela criar uma especialização produtiva que permitisse agregar valor. Na altura foram apontados os clusters para economia portuguesa, do vinho, do turismo, do têxtil e do calçado, dos moldes, e da indústria automóvel. No caso da economia portuguesa tem vindo a ser defendido a criação de um *híper cluster* do mar, que nas palavras de Hernâni Lopes se traduz num novo desígnio para Portugal.

³² Um bom exemplo deste pensamento encontra-se no contributo do almirante Vieira Matias na revista Nação e Defesa nº 125 dedicada ao "O Mar no Pensamento Estratégico Português" (MATIAS, 2009, 11-24)

base no mar. Este reassumir da vocação marítima tem sido uma das preocupações do autor nas suas intervenções. Como bem enumera, diversas tem sido as iniciativas para a nação se reencontrar com o mar. Um reencontro que teria tido um elemento simbólico na concretização da Expo 98 sob o tema dos oceanos, e posteriormente prosseguida com virtuosidade pela diplomacia portuguesa em diferentes espaços e com diferentes autores (op. cit., 34).

Malgrado o reconhecimento na relevância do mar para Portugal, esse ansiado retorno à condição de atlântica tem tardado. Segundo o autor, este novo paradigma exige uma inovação na governação. Os assuntos do mar e economia do mar não se constituem como um setor de atividade, mas sim como um campo de interoperabilidade de diferentes setores que devem ser governados de forma integrada (op. cit., 51). Esse novo modelo de governação transporta novas implicações para a formulação de políticas públicas. A resposta para a relativa ineficácia da emergência do novo paradigma do mar encontra-se nesta tensão entre os modelos de governação tradicionais, que emergem nas várias estruturas políticas de governação departamentais hierárquicas, face à inovação de processos de governação colaborativos que implicaria a agregação de colaborações interdepartamentais a trabalharem em estruturas de missão³³.



³³ Um interessante debate sobre esta questão desenvolveu-se em novembro de 2010 no âmbito do colóquio “Políticas para o Mar” veja-se (Matias e tal, 2010). Também a Sociedade de Geografia de Lisboa, através da sua comissão de geografia dos oceanos tem desde 2002 feitos algumas reflexões e iniciativas nesta matéria, bem como alguns trabalhos de académicos da Academia de Ciência de Lisboa onde naturalmente sobressaem Adriano Moreira e Guilherme de Oliveira Martins com vários trabalhos sobre a língua portuguesa como fator integrador da lusofonia.

A questão da necessidade de formulação de políticas públicas inovadoras parece-me constituir uma questão deste trabalho do autor dá relevância e que gostaríamos de acentuar³⁴. Na formulação de políticas públicas joga-se hoje a capacidade de afirmação dos sistemas de poder democrático. (Pasquino, 2009, 287). As políticas públicas nos sistemas democráticos já não são exclusivamente formuladas no âmbito de gabinetes ministeriais. Elas implicam a participação das comunidades por via das suas organizações representativas. Ora como sabemos a propósito da pós-modernidade, os atores e as suas organizações tem-se vindo a multiplicar, seja ao nível das relações internacionais, seja ao nível das relações na sociedade. Quando Titta e Cunha lamenta a dificuldade de afirmação do novo paradigma na sociedade portuguesa, depois de ter enumerado o conjunto de atividades que tem vindo a ser desenvolvidas, está no fundo a acentuar o sintoma do seu diagnóstico de que, para afirmar um novo paradigma estratégico não basta mobilizar os políticos e as empresas. É necessário um esforço mais amplo de mobilizar o conjunto das diferentes forças sociais e a diversidade dos seus atores centrados em questões comuns sobre os problemas dos usos do mar como recurso. Estas questões comuns deverão hoje ser entendidas a partir da leitura dos diferentes posicionamentos da estratégia atores³⁵, construindo a partir dessa leitura processual um roteiro de ações estratégicas. Neste trabalho procuramos contribuir para a justificação dessa metodologia no âmbito da geocultura do mar.



Mas antes de avançarmos com os modos como o vamos procurar fazer, gostaríamos ainda de refletir brevemente sobre a emergência da pós-modernidade no pensamento estratégico português, para finalizar o quadro teórico que pretendemos desenhar. A questão dos desafios da pós-modernidade parece-nos que se encontram bem tratadas no artigo de Armando Marques Guedes em

³⁴ Por exemplo Álvaro Garrido em "Política Publica para o Mar" caracteriza as políticas publicas culturais como expressão duma lógica integradora do estado, perdendo com isso a incorporação dos saberes das especificidades locais, (Garrido, 2010, 6)

³⁵ Análise da Estratégia de Atores constitui um campo do planeamento estratégico territorial. Sobre esta questão veja-se Isabel Guerra (2003). Para alguns procedimentos na utilização desta metodologia no âmbito das comunidades veja-se (Leite, 2011)

"*Pensamento Estratégico Nacional: Perspetivas Futuras*"³⁶. Segundo o autor os desafios futuros passariam pela continuidade da ação de proteção do território nacional, que se define pela fronteira terrestre e pela proteção da complexa fronteira marítima, que compreende as águas territoriais e extensão da plataforma continental e zonas económicas exclusivas.

Como podemos verificar na análise que fizemos sobre "*Representações Cartográficas do Espaço Estratégico Português*"³⁷ a unidade base da configuração do espaço nacional vai-se progressivamente alargando, primeiro com uma representação pormenorizada da costa marítima; prosseguindo posteriormente para uma delimitação da fronteira terrestre, acompanhando aquilo a que nas relações internacionais se pode chamar a formação da configuração do modelo westfaliano, ou seja da delimitação dos espaços de afirmação de soberanias dos Estados modernos europeus. Esse modelo, como verificamos ignora em grande medida o espaço marítimo, incorporando as suas componentes insulares em pequenos espaços anexos de descontínuos. Como verificamos este espaço cartografado é em grande parte um produto da leitura política do tempo, podendo as suas configurações metamorfosearem-se em função de alguma leituras mais ideológica ou em função dos recentes desenvolvimentos das políticas de alianças dos diversos sistemas em que a nação se encontra inseridas (Nato, União Europeias, Espaço Schengen, Euro, CPLP, etc.,). Nestes novos espaços, começam já a surgir novas formas de afirmações de soberanias partilhadas por Estados exíguos³⁸.



Ilustração 29 Ribat de Aljezur

Regressando à análise de Marques Guedes, o espaço estratégico nacional alarga-se em direção à "*última fronteira*", integrando o espaço contínuo, numa representação que emerge em alguns órgãos da administração pública, mas que

³⁶ Armando Marques Guedes (2006) em *Pensamento Estratégico Nacional*", Lisboa, IDN, Coleção Atena 21, pp 241-295

³⁷ Veja-se o anexo I

³⁸ A questão dos Estados Exíguos e da crise de soberania do estado moderno surge na leitura de Adriano Moreira em "A situação internacional portuguesa" (Moreira, 2000) onde analisa a crise do modelo de governação e releva as formas de partilha de soberania. Se por um lado a partilha de soberania é uma limitação, ele permite cada estado desenvolver as singularidades como forma de afirmação no mundo. A leitura prossegue com a integração da ação externa nos espaços tradicionais de aliança. Mais tarde em "Portugal e a Geopolítica da interculturalidade in (Moreira 2008) esta leitura é reforçada.

ainda não é partilhado por todas as instituições produtoras de cultura. A representação cultural do espaço estratégico nacional ainda não está consolidada, avançamos nós como hipótese a verificar neste trabalho.

A partilha de diversas formas de soberania corresponde novos desafios de segurança e defesa. Novas formas de proteção que englobam outros elementos e agentes que ultrapassam a clássica visão dos espaços nacionais visto como espaços fechados e exclusivos. A soberania partilhada implica a dilatação e a permeabilidades das fronteiras e a emergência de novos agentes e processos nas questões de defesa e segurança. As tradicionais configurações das fronteiras diluem-se em perímetros de segurança mais largos e instáveis, e sobretudo também dotados de maior porosidade. Isso implica outras representações do espaço.

Por exemplo a analisarmos as ameaças visíveis sobre o território nacional não se vislumbram ameaças diretas na fronteira nacional terrestre. Por via das alianças políticas e militares esta fronteira afastou-se para leste. O sistema de defesa terrestre ajusta-se a essa nova realidade, adaptando os sistemas de armas e os processos de operação. A reforma do dispositivo implicou a concentração de meios. Há no entanto uma preocupação de manter, meios operacionais nas diversas regiões do país. A força é treinada para cenários europeus, mas em termos de aquartelamento procura-se manter uma “ocupação” do território.

Ora se as ameaças se deslocaram para a fronteira marítima do atlântico

norte e para esse espaço alargado da



Ilustração 30 O santuário de São Vicente

fronteira europeia terrestre mantém-se a preocupação com a missão primeira de manutenção da integridade territorial face a qualquer tipo de ameaça. A uma fronteira nacional estável sobrepõe-se uma fronteira europeia num espaço instável e de tensões diversas, (a leste com a Rússia, com o Oriente Médio e norte de África mediterrânica, bem como a complexa teia de interesses aliados). A estes espaços, haverá ainda que acrescentar o espaço de CPLP como espaço de interesse estratégico, sobretudo em função dos nacionais que aí se encontram a residir e a trabalhar. Aquilo que é o espaço estratégico tradicional, o chamado triângulo estratégico virtuoso. (Europa, EUA, Lusofonia) continua a ser o espaço de afirmação da soberania. Mais do que a questão da fronteira, as questões que

hoje se colocam são as da partilha destes espaços por poderes múltiplos, onde a afirmação desse poder depende das capacidades de negociação de cada unidade componente. A afirmação da defesa da integridade territorial é hoje uma ideia complexa e praticada em múltiplos cenários.

O pensamento estratégico português tem vindo a ajustar-se as estas transformações. Como afirmam vários autores há uma linha de continuidade na sua afirmação (Nogueira e Borges, 2006). O que nos interessa relevar neste trabalho são os processos pelos quais se estão a ajustar à emergência da 4ª geração (*warfare*³⁹) de guerras, onde não está em causa a aniquilação do inimigo ou a destruição das suas infraestruturas, mas tem como objetivo alcançar uma supremacia moral com a correspondente vassalagem das práticas sociais.

Segundo
o Marques
Guedes
(Guedes, 2006)
o modelo de
pensamento
estratégico
tradicional tem
sido



Ilustração 31 Cabo Espichel na Arrábida

³⁹ Warfare Um conceito que poderá ser traduzido pelo Modelo de Guerra em função da sua relação entre os objetivos e a eficácia da guerra. Segundo Clausewitz (1813) é Guerra é um ato de força para vergar um inimigo à nossa vontade (*"War is thus an act of force to compel our enemy to do our Will"*). A análise da guerra é portanto a análise dum fenómeno social complexo sobre as formas de uso organizado da violência em função de objetivos. Na análise do warfare relacionam-se os objetivos com os meios disponíveis (os fins e os meios). Trata-se portanto duma análise muito próxima da análise estratégica. Distingue-se no entanto desta, segundo Keegan (2009), por analisar o fenómeno no seu contexto processual relacionando a forma com os seus fins simbólicos. Assim, propõe-se como elementos duma primeira geração a guerra clássica, como elementos duma segunda geração o poder exponencial da capacidade de fogo, na terceira geração, o poder dissuasor da ameaça nuclear. A passagem da primeira geração para a segunda geração é anunciada pela utilização da pólvora, e poderá ser simbolizada pela Carga da Brigada Ligeira na Batalha da Balaclava em 1854, e tem como figura a emergência dos exércitos de conscrição. A passagem para a terceira geração encontra a sua génese na guerra de trincheiras do conflito europeu de 1914-18, através da utilização do gás mostarda e a e é simbolizado pelos exércitos nacionais que acumulam poder de fogo. Pode ser simbolizado pela guerra fria, que termina com o desmoronamento da União Soviética e do modelo societal comunista. A emergência da 4ª geração é caracterizada por conflitos assimétricos e transcalares

fundamentalmente pensado num quadro de ameaças e guerras tradicionais. Para responder aos desafios das modernas guerras, ensaia uma modelização, um exercício teórico de pensar sobre guerras que atuam sobre os centros de poder da comunidade, esvaziando-os de capacidade de ação. Nesse modelo os estados perdem o monopólio da força armada. As nações implodem face à emergência de grupos de comunidade (religiosos, étnicos, minoritários). Trata-se portando duma configuração onde os tradicionais estado herdados de modelo westfaliano de dissolvem. Os modelos de atuação das forças armadas tornam-se essencialmente tecnológicos e são operados com outros atores. As guerras de 4ª geração são feitas com novos atores (novos guerreiros globais), em novos territórios (que rompem com as tradicionais divisões entre segurança e defesa) nas Cidades e nas suas periferias, com novos modelos de negócios (com base nas indústrias químicas e no comércio), forçando a erguer “fronteiras internas”. Trata-se apenas duma cenarização que o autor constrói a partir dos exemplos dos atentados Suicidas em 2005, em Bagdad (que reuniram aprendizagens da guerra da Tchetchénia). Segundo Marques Guedes esta guerra envolve a mobilização de “mecanismos e dispositivos táticos de desmembramento acelerado e largamente auto induzidos de sistemas complexos” (op. cit., 252-253), que tem por base exemplos organizacionais de estruturas em rede que desmembram os sistemas hierárquicos centralizados.



Ilustração 32 Cabo da Roca

Estas guerras de 4ª geração, classificadas como “*net wars*”, envolvem ações de confrontação direta entre grupos que atuam sobre pilares nodais previamente identificados dos poderes instituídos. Esta ação de tipo “picada de mosquito” vai produzindo a erosão da capacidade de resposta dos sistemas, acabando por gerar o caos e produzir o seu colapso. A observação desse processo foi conduzida por Gene Sharp do Centre for International Affairs, sobre os movimentos sociais do leste (Jugoslávia e Ucrânia e Geórgia). Este modelo de ação de rua não violenta provocaram a “*erosão das âncoras nodais do exercício do poder, leva à decomposição imediata dos regimes ditatoriais. Atacar com pontaria certa, com força móveis e difusas, teimosas e quase intangíveis*” (op. cit.,. 264)

Como enfrentar então estas guerras de rede é a questão que o autor coloca. Segundo Marques Guedes, o modo de operação da rede implica atacar os pilares de sustentação e os elos centrais dos sistemas hierárquicos centralizados, através de redes bem geridas. Estas redes procuram a decapitação dos nódulos centrais

da organização o que provoca sucessivas falhas em cascata, suscetíveis de desmoronar a organização (ibidem).

Nas guerras assimétricas os modos de enfrentar redes mais eficientes é a criação de enxames (*swarms*), que utiliza a tática de fazer convergir num único ponto forças dispersas (op. cit., 275)⁴⁰. O *swarming*, segundo o autor é uma tática militar adequada para situações de assimetria. Ela constitui-se com base em três princípios. Em primeiro lugar a fluidez e a invisibilidade; em segundo lugar a capacidade de concertação total das forças e de desencadear uma ação eficaz; e finalmente em terceiro lugar a imagem da situação "*situation awareness*", que

107

permite capacidade de comando e controle de operações de unidades. Como estratégias de defesas para o *swarming* aponta-se como capacidade necessária a eficiência da busca, da identificação e da capacidade de derrotar. "*Find, Fix and Defeat*" (op. cit. Segundo Marques Guedes as guerras assimétricas devem ser combatidas com capacidade



Ilustração 33 canhão da Nazaré

organizacional. A questão do comando e controle face a

novas tecnologias da comunicação empurra cada grupo para uma maior autonomia da gestão da informação. O grande problema que se coloca às ações armadas é a da compatibilização entre objetivos parciais e objetivos gerais. Este é um problema que de resto resulta da teoria do planeamento, quando objetivos de curto prazo conflituam com objetivos de longo prazo. advêm da teoria dos sistemas.

Finalmente Marques Guedes aplica o seu modelo ao caso português. Procura discorrer sobre a forma como as guerras assimétricas afetam o pensamento estratégico português. Segundo o autor "*as velhas ameaças mantêm-se, mas já*

⁴⁰ Swarming. Is a seemingly amorphous but carefully structured coordinated way to strike from all directions at a particular point or points, by means of a sustainable pulsing of force and or fire, close-in as well as from standoff positions. It will work best –perhaps it will only work – if is designed mainly around the deployment of myriad small, dispersed, network maneuvers units. The aim is to coalesce rapidly and stealthily on a target, attack it, then disperse and redisperse, immediately ready to recombine for a new pulse. Unlike previous military practice, battle management is now mainly about "command and decontrol a network units all over and strike the adversary all over the field of battle" (Guedes, 2006, 275)

não são as únicas, nem porventura as principais” (op. cit., 283). Emergem hoje desafios e atores para os quais é necessário estar preparado. Essas situações obrigam atualizações doutrinárias e ajustamentos organizacionais. Os serviços de informações e as operações especiais passam a ser órgãos de primeira linha, em paralelo com os serviços de proteção civil e vigilância ambiental. A reorganização implica uma oportunidade de reajustar o sistema de defesa e segurança nacional, o que poderíamos falar duma nova forma de governação para fazer face a velhas ameaças que permanecem e a novas ameaças que se pressentem. Paralelamente à dissolução das fronteiras tradicionais emergem novas fronteiras, circunstância que permite ao autor defender a necessidade de um reposicionamento do pensamento estratégico.

Poderá o mar constituir uma dessas janelas de oportunidade para reposicionar o pensamento estratégico face a novas ameaças. Tentaremos responder a esta questão mais à frente.

Para sintetizar a questão da proposta de regresso ao mar como um novo paradigma ou como um reposicionamento geopolítico que implica uma outra visão sobre o processo de defesa nacional. Com o fim do mundo bipolar e com a emergência da globalização tem emergido múltiplos sinais de uma nova geopolítica e de uma nova geoestratégia. Pedro Pezarat Correia dá conta dessa emergência no seu livro já citado (Correia, 2010a, 239-328). Segundo o autor que manifesta uma notável formalização conceitual *“sendo a geopolítica a análise dos fatores geográficos tendo como objetivo a política e a geoestratégia a análise dos fatores geográficos tendo como objetivo a estratégia, quando a estratégia e a política se confundem, também se confundirão a geopolítica e a geoestratégia”* (op. cit., 239). Ora, com diz o autor, sendo a nova geopolítica ainda um campo de conhecimento muito recente, sobre o qual existem algumas fontes (o autor cita entre outros o geógrafo Eliseu Réclus e o historiador Vicens Vives), onde não é possível senão esboçar algumas questões.

Há, segundo o autor, uma grande dificuldade em reconstruir dados de experiencias passada, situação que advém do próprio processo de globalização, que confronta a humanidade com a sua própria existência como espécie, ou de poderes múltiplos de influência global. Mas essa nova geopolítica tem vindo a



Ilustração 34 Fortaleza de São João Batista - Terceira

refletir de forma crescente com “os aspetos mais gerais dos riscos, e já não apenas com ameaças” (op. cit. 248). O que leva a que as questões da segurança surjam hoje também associadas às questões do ambiente, da equidade e do progresso, à qual se poderá adicionar à questão das formas de governação. Emerge portanto uma forma de pensar global, onde para além das tensões políticas, se incluem também as tensões criadas pela ação do homem no planeta e dos riscos associados aos processos naturais.



A geocultura na Estratégia do Mar em Portugal

110

A problemática da viagem como método de diagnóstico prospetivo no âmbito das instituições de memória é uma questão que abordamos no âmbito da nossa tese (Leite, 2011, 41) Uma análise que aprofundámos posteriormente no âmbito da análise da herança africana nos museus de Lisboa (Leite, 2011b). Na altura interrogava-nos sobre os processos de formação de narrativas patrimoniais numa busca do entendimento dos silêncios e esquecimentos. Essa linha, a que genericamente podemos referenciar como uma sociologia das ausências (Santos, 2006,87) tem vindo a ser por nós noutro projeto de investigação⁴¹.

A nossa leitura do trabalho de Cristina Bruno, publicado em 2004 em "*As expedições no Cenário Museal*" (BRUNO, 2004) constitui o ponto de partida sobre a reflexão dos processos de construção de narrativas museológicas, que implicam escolhas e opções, mais tarde representadas em organizações institucionalizadas. A evidência da importância das expedições científicas na construção das narrativas e na formação dos saberes é bem evidenciada pela autora que lhe atribui uma relevância para a construção dos sentidos patrimoniais. Saberes que desde o século XVIII, tem vindo a ser valorizados, preservados e comunicados pelos museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições de memória e de saber.

As coleções, acervos, espólios depositados nas instituições de memória são formadas por uma operação de seleção de objetos socialmente significativos, recolhidos num dado tempo e espaço e conservados como potenciais recursos para uma comunidade. Nas instituições de memória a operação de disjunção (seleção/rejeição) conferem um valor a determinados objetos em detrimento de outros. Essas operações promovem narrativas sobre o seu reconhecimento, implicando a escolha e a ausência e o esquecimento de outras narrativas por irrelevância. Essa operação de atribuição de relevância e de discriminação constrói um processo narrativo. Como todos os processos de comunicação não é indiferente os atores ou agentes que o operam. A análise dos contextos de recolha dos objetos e de quem os opera, permite-nos integrar a herança



⁴¹ Projeto "Heranças Globais: a inclusão dos saberes nas comunidades como instrumento de desenvolvimento integrado dos territórios". Trata-se dum trabalho de investigação que estamos a desenvolver no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra com financiamento da FCT. (BPD/76601/2011)

patrimonial nas dinâmicas socioculturais da comunidade e entender como os objetos se tornam semióferos.

Na modernidade europeia as viagens e as expedições científicas foram processos que permitiram multiplicar os saberes sobre o mundo, sobre os outros e deram origem a acervos de conhecimentos conservados como objetos em instituições de memória. Esse processo traduz em grande medida o predomínio duma forma de pensar e organizar a relação duma comunidade com o seu contexto de ação, naquilo que poderemos considerar o espaço de afirmação de soberania, enquanto forma de afirmação do poder no espaço.

No nosso tempo estas viagens e expedições museológicas continuam a ser processos fundamentais para produzir aquilo que temos vindo a definir como “o trânsito do olhar”, ou seja como um processo destinado a catalisar o estranhamento pela diferença, operação necessária para a produção das disjunções que permitem a reconstrução de novas conjunções. Ao contrário das



viagens do passado, que se constituíam como processos de recolção de objetos singulares, as expedições científicas hoje, com base nos procedimentos éticos e nos novos modelos de governação, que acima já referimos, orienta-se para estratégias de negociação entre atores. O que se busca é uma partilha de saberes e conhecimentos com os distintos setores da sociedade que permita a construção de conhecimento e de produção de conhecimento científico socialmente válido.

Em suma a experiencia da viagem, como experiencia de transitoriedade é um processo de reconhecimento destinado a permitir a reconstrução de diálogos. A viagem é um elemento catalisador de reconhecimentos. É nessa dimensão que aqui usamos esta metodologia. Reconhecer implica um processo de formação de consciência sobre os objetos mnemónicos, sobre as forma como foram recoletados e conservados, sobre os seus discursos e narrativas, dos processos de determinaram a seleção e o esquecimento de informação.

A questão do esquecimento tem vindo a assumir uma relevância crescente no campo dos estudos sobre a memória desde a monumental obra de Paul Ricoeur sobre esta questão (Ricoeur, 2000), Em todas as comunidades os atores sociais interagem com o espaço e constroem formas de organização social que são legitimadas por narrativas, elas própria também produtoras de interação com a comunidade e com as suas ações no espaço. O nosso trabalho neste domínio tem

vindo a orientar-se para a procura das relações entre estas narrativas, os espaços onde são produzidos e as organizações que as produzem, com base na identificação dos processos de relevância e olvido. Se a relevância é facilmente inteligível, a questão do esquecimento exige procedimentos de análise mais cuidados, a que temos vindo a chamar como poética da intersubjetividade. Os procedimentos biográficos desta metodologia são apresentados no nosso trabalho *“Olhares Biográficos: a poética de intersubjetividade em museologia”* (Leite, 2012), enquanto a análise dos procedimentos simbólicos no espaço se encontra em formação naquilo que provisoriamente referenciamos como a *“poética do espaço”*⁴².

A fundamentação da poética do espaço tem por base a análise das relações que se estabelecem entre as formas das narrativas sobre o espaço com as estruturas físicas, simbólicas e de legitimação intuídas pelos membros dum determinado



grupo, e que se expressam por via de ações de reconhecimento. Procuramos fundamentar os processos de formação das heranças e patrimónios como recurso para a ação. Como pressuposto fenomenológico procuramos olhar para as narrativas produzidas como cristalizações de feixes de possibilidades. A análise destas narrativas, feitas pelas expressões dos membros duma comunidade, forma o conjunto de recursos de relevância a partir das quais as ações dos indivíduos se desenvolvem, interagindo com as diversas estruturas físicas (patrimónios e heranças) e sociais (formas simbólicas e de legitimação). Deste diálogo emergem imagens. A cristalização das imagens incorpora a sua relevância. Através da imagem do que está presente é possível deduzir o que está ausente. A ausência constitui-se como aquilo que tendo feito parte do processo é discriminado. Trata-se dum procedimentos que usamos para fazer a arqueologia do esquecimento como elemento de relevância, segundo o princípio de que o que se afirma é simultaneamente a sua negação.

Esta metodologia que temos vindo a trabalhar, no âmbito do que se poderá vir a constituir e consolidar como uma *“geopolítica de cultura”* (Vargas, 2011, 25) e que foi inicialmente proposto por Boaventura Sousa Santos em *Epistemologias do Sul* (Santos, 2006, 47). Neste trabalho teórico, o autor apresenta uma

⁴² Trata-se de um trabalho em progresso destinado a integrar uma catálogo dum exposição prevista no âmbito das celebrações do ano de Portugal no Brasil

proposta de análise sobre a “*Sociologia das Ausências e a Ecologia dos Saberes*” como um procedimento que se enquadra na busca dum novo paradigma científico. O autor parte duma crítica ao paradigma atual das ciências, que considera esgotado, porque incapaz de dar respostas inovadoras aos problemas das comunidades nas suas relações com o mundo. A emergência desse novo paradigma científico nas ciências deverá olhar para o mundo como uma totalidade complexa (Santos, 2002).

O que nos interessa articular relevar nesta análise do Sousa Santos é a sua proposta da a relação do saber com o poder. É no âmbito dessa reação que se deve procurar os campos de produção de silêncios como reconhecimento de saberes rivais (Santos, 2006, 87). O objetivo do procedimento é procurar o que se está a transformar e como é que é produzido o sentido do mundo ao nível das diferentes comunidades.



Esta proposta duma nova abordagem metodológica aos estudos sobre a memória das memórias das comunidades advém do que o autor considera como “esgotamento do modelo de racionalidade” (op. cit., 88). O modelo de conhecimento da racionalidade tem sido construído pela relação entre sujeito que conhece sobre objeto que é conhecido através do método de observação. Este método implica distanciamento e não interferência, para além da verificação da sua reprodutibilidade Este procedimento tem vindo a ser questionado desde os trabalhos sobre a relatividade de Einstein, onde se infere que a observação dum objeto por um determinado sujeito cria uma interação mútua. Ou seja um objeto não pode ser reconhecido fora do sujeito que o conhece e fora do seu sistema de pensamento. O modelo da racionalidade nega uma ontologia a tudo o que se encontra fora da sua própria racionalidade.

O modelo pós-moderno (o autor propõe o vocábulo cosmopolita) necessita de reconhecer que o conhecimento seja hoje entendido como uma constelação de complexidades interdependentes e em processo. A ciência deve ser entendida como um modo de explicar a realidade, através de determinados procedimentos que interferem com essa mesma realidade. Com esse reconhecimento o conhecimento é entendido como probabilidade que dever ser observado pela interdisciplinaridade⁴³. Advoga-se inclusive a reorganização dos processos de

⁴³ A Carta da Transdisciplinaridade foi aprovada em 1994 nos Encontros da Arrábida e defende a o fim das disciplinas e a necessidade de interdisciplinaridade. Entre outros participaram Edgar Morin, Lima de Freitas e Bensarb Nicolescu

formação dos saberes, com base na inclusão da complexidade dos sistemas, da indeterminação dos processos, da incerteza dos movimentos a adoção de sistemas abertos com fonte de inovação que se opõem aos sistemas fechados que tendem para a entropia (ibidem).

A busca de novas linhas de reflexão para a ciência, apontadas por Sousa Santos implica a relativização dos conceitos usados e enfrentar as evidências que na matriz da produção do conhecimento se encontram as relações de poder estabelecidas na sociedade. Relações que são hierárquicas e horizontais e que determinam os próprios limites desse conhecimento. O conhecimento é então uma possibilidade dada pela relação da função da sua capacidade de reprodução com a sua adequabilidade como resposta às questões colocadas. O conhecimento provável emerge da tensão processual entre conservação e inovação, ou com defende o autor um confronto entre a ação conformista e a ação com "*quiddam*" (Santos, 2006, 83).



Segundo o autor que escreve em 2006, os contextos sociais e políticos contemporâneos exigem que o conhecimento formule problemas para os grandes questionamentos da humanidade. Esse conhecimento é hoje um procedimento que implica a criação de diálogos que partem das situações concretas dos indivíduos e das suas comunidades. Formular perguntas pertinentes é um primeiro passo para a questionar as suas relevâncias. Na formulação das pertinências, partindo da fundamentação sobre o relevante como afirmação de relações de poder, é necessário segundo o autor questionar as ausências como um primeiro passo para entender o que está a emergir.

A relação entre a ausência e a emergência advém da incorporação no processo de conhecimento da experiência cognitiva do mundo. A experiência intersubjetivas permite identificar as emergências. Ainda segundo Sousa Santos, a experiência e o conhecimento do mundo são diversos, infinito e os seus limites encontra-se na capacidade de captar razão, as sensações, e os afetos. Ou seja a capacidade de assumir uma forma de consciência do mundo como vontade de representação. Revelar a diversidade cognitiva do mundo é questionar o mundo, assumir a experiência intersubjetiva de transformação que é emergente. Desde modo a proposta do autor afirma que uma sociologia das ausências é acompanhada por uma sociologia das emergências, defendendo que estas

emergências devem ser procuradas no âmbito do que chama “ecologia dos saberes” (op. cit., 98).

A transposição da análise das emergências para a análise da ecologia dos saberes é efetuada por uma prática de tradução, a que Boaventura Sousa Santos chama uma hermenêutica diatópica (op. cit., 115), que consiste num trabalho de diálogo entre diferentes formas de narrativas e expressões culturais como processos de construção de interpretação do mundo.

115



Sistematizando a sociologia das ausências é um procedimento de conhecimento que procura uma fenomenologia de transformação de objetos improváveis em objetos possíveis. Trata-se de uma forma de catalisar as ausências em presenças, configurando a necessidade de incorporar um sociologia das emergências, que permite ultrapassar as razões metonímicas⁴⁴ e prolépticas⁴⁵. A redução do presente e á ampliação do futuro que o com que o modelo da

⁴⁴ A crítica da razão metonímica é apresentado em (Santos, 2006, 91). Trata-se duma crítica á racionalidade ocidental que permite a emergência duma operação de sinédoque, isto é a atribuição da totalidade às partes. Essa racionalidade limita a capacidade de observação fora da totalidade, uma vez que todas as partes observadas fazem parte do todo.

⁴⁵ A crítica da razão proléptica é igualmente apresentada por (Santos, 2006, 107). Na sequência da anterior posição sobre os processos de pensamento da ciência, a crítica do autor identifica uma conceção de tempo como uma estrutura linear. Esta linearidade do tempo leva a projetar no infinito as ações como representação do total. A prolepse é uma figura da retórica que tem como objetivo eliminar as objeções da narrativa. Segundo Santos, a ciência ocidental olha-se a si mesma como um processo que cresce linearmente por acumulação e que se projeta no futuro. As ações de hoje, pela prolepse são justificadas por esse objetivo final.

racionalidade moderna se implicou, contrapõe o autor com a necessidade da razão cosmopolita ampliar o presente e reduzir a possibilidade de futuro.

A sociologia das ausências visa essencialmente criar uma carência e transformar a falta ou o desperdício de experiência social em campos de trabalho como forma de ampliar o mundo presente. A sociologia das ausências procura substituir o vazio do futuro dado pelo tempo linear (vazio porque é previsível) por um tempo de possibilidades plurais. Este feixe de possibilidades é operado no



presente. O presente é então uma possibilidade. Um modo de viver e ver o mundo. O movimento do mundo vistos como possibilidade resulta da perspectiva de carência (algo que falta), da percepção da tendência (algo em processo) e a percepção de latência (o que está na frente do processo, o que já existe).

Ainda segundo Sousa Santos o modelo de racionalidade conduziu o conhecimento para um campo de “monoculturas” de saberes. A essa monocultura que conduziu o conhecimento à sua esterilização é necessário uma “ecologia de saberes”. A ecologia dos saberes constitui-se por via da incorporação dos saberes locais. A ciência deverá encontrar soluções para explicar o mundo a partir da riqueza das experiências e vivências locais.

A sociologia da emergência opera então sobre a possibilidade de ampliação dos saberes, das práticas e dos agentes, no âmbito da identificação das possibilidades de futuro. Ora essa semântica de expectativa manuseia possibilidades e potência social que se traduzem numa ecologia de saberes. (Ibidem, 112)

A questão do rigor relativo à prática da sociologia das ausências e das emergências na busca duma ecologia de saberes obriga a uma prática de diálogo entre diferentes linguagens e modos de pensamento. Para é enfrentar esses problemas, o autor propõe aquilo a que chama hermenêutica diatópica⁴⁶ para enfrentar a produção de uma grande quantidade de realidades e objetos antes não

existentes (ibidem, 113). Trata-se de objetos mais fragmentados, formas mais caóticas e plurais do que aquelas antes vividas e inteligíveis. Importa portanto afinar a operação metodológica capaz de compreender e de ressignificar essas outras realidades. Esse procedimento metodológico constitui-se como um “procedimento de tradução” que contemple a heterogeneidade do real e aponte,



sobretudo, a não-univocidade de sentidos no mundo contemporâneo. A hermenêutica diatópica é produção de uma teoria da interpretação do conhecimento por zonas de contacto das visões do mundo, considerando que é nessas zonas de contacto que se encontram os processos de transformação. Propõe-se então, reconstruir processos de significação a partir desses elementos comuns.

Como referimos acima é a partir desta proposta da análise da sociologia das ausências e da sociologia das emergências na base da construção duma ecologia de saberes que António Pinho Vargas desenvolveu o seu trabalho de busca da ausência da música portuguesa no âmbito da produção musical europeia (Vargas, 2011). Embora o objeto de análise do seu trabalho seja a música produzida num determinado território em relação um outro território mais vasto vamos brevemente referir alguns dos seus procedimentos analíticos para justificar a nossa análise da geocultura do mar.

Com o autor refere a afirmação de músicas nacionais decorre dos processos de afirmação dos vários estados nação, uma relação que está associada, em termos políticos à afirmação das democracias como centros de poder com base na representação popular, que se contrapõe, na Europa, ao sistema de representação teocrático. Um sistema de representação que se legitima através da criação de estruturas de representação (parlamentares, judiciais e executivas) e de diversos processos simbólicos, que em termos estético habitualmente classificamos de romantismo, onde se reconstroem as narrativas das especificidades nacionais.

Não é a análise desses fenómenos, estéticos e políticos que nos interessa, mas os seus procedimentos analíticos no âmbito do que autor propõe como

⁴⁶ Diatópico é um processo de diferenciação linguística por pertença a universos geográficos distintos.

“análise geocultural”. Ora de um lado temos um a evidência, que se constitui como a condição marítima da nação, uma razão constitutiva segundo as diversas análises, geográficas, políticas, económicas, históricas, culturais, estéticas literárias. A hipótese que gostaríamos de relevar é que pela nossa análise essa é uma narrativa que é produzida no âmbito de grupos restritos, no âmbito das suas tensões relacionadas com o poder na sociedade.

Como verificamos na nossa viagem essa centralidade do mar constante dos discursos e das narrativas está ausente nas práticas das comunidades. Não é naturalmente uma ausência do mar, que esse está bem presente, seja nas comunidades de trabalho, seja nas comunidades de lazer; mas uma ausência do mar como conceito



estruturante dessas ações orientado para uma visão estratégica. Nesse sentido a Estratégia para o mar representa-se que a si própria se como uma proposta para recentrar a nação no seu paradigma matricial e com base nisso promover o aproveitamento de novas oportunidades na economia ou a consolidação/emergência dum conglomerado de atividades. A questão que colocamos é saber se isso é um reposicionamento ou é algo de inovador. Podemos agora concluir que essa é uma narrativa que é gerada dentro dum círculo social, na sua interação pela gestão de recursos. Um discurso que se procura afirmar de cima para baixo, não tendo ainda conseguido produzir narrativas que permitam a cada uma das comunidades produzir processos de legitimação, de estruturação e de simbolização para além das que naturalmente já existem fora desse paradigma.

Como vimos por via das propostas da sociologia das ausências os fenómenos de reconhecimento estão ligados aos processos de afirmação do poder. Nas comunidades os poderes afirmam-se de forma plural e interativa entre todos os membros, sendo que cada um assume um posicionamento nesse conjunto. O poder é algo que circula ao nível simbólico pelos diversos circuitos da sociedade, desde as hierarquias formais, das redes informais, reconfigurando-se sucessivamente como uma reação em cadeia. Trata-se dum processo que produz desigualdade e dominação, que fundamenta a segmentação da formação social em posições horizontais; e posições verticais de influencia sobre os outros por via das coações possíveis. O poder torna-se nesta visão como uma constelação de interações onde todos os membros contribuem. Poder e cultura tornam-se deste

modo processos de afirmação de narrativas interligadas e interinfluentes. As narrativas - sejam elas mnemônicas, estéticas, políticas ou sociais, constituem-se como um todo que afirma uma determinada visão do mundo.

Ora como verificamos pela crítica da racionalidade metonímica e proléptica que fundamenta a sociologia das ausências e das emergências, essa é uma construção simbólica que exige uma confrontação com as ecologias dos saberes. É nesse sentido que os elementos de produção de discurso identitários poderão ser analisados como uma geocultura, isto é como fenômenos de afirmação de um poder por via de canais de expressão cultural.

119

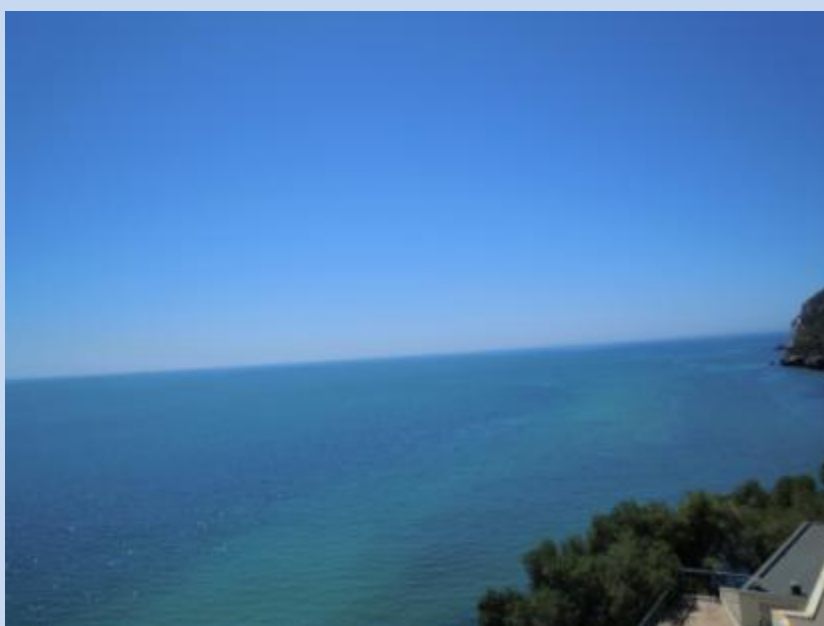
A proposta da construção duma ecologia de saberes marítimos passaria então por uma hermenêutica diatópica com base no diálogo entre os saberes dominantes, que poderíamos caracterizar como o conjunto de saberes que hoje são vinculados pelas diversas instituições do poder nos seus diversos níveis político e social, e os saberes presentes nos diversos espaços e comunidades.

Ou seja, na afirmação do novo paradigma estratégico do regresso ao mar, seria necessário ir mais longo conjunto de enunciados de linhas e ações propostas. Seria necessário partir para o território e confrontar localmente as diferentes comunidades, diagnosticar os seus saberes e mobilizar os seus membros para ações concretas de intervenção no local. No capítulo seguinte apresentaremos um conjunto de propostas para articular essa operação no campo da geocultura do mar



Para uma poética das heranças marítimas

Temos vindo a verificar ao longo deste trabalho, onde procuramos identificar o posicionamento das heranças do mar no âmbito do desígnio de recentrar o posicionamento estratégico sobre o mar. Uma reorientação justificada por diversos argumentos que se complementam, desde o “reencontro” com a vocação histórica, com o aproveitamento das “oportunidades”, umas que já existem, como o posicionamento geográfico, o aproveitamento dos importantes recursos para atividades económicas, sejam eles a pesca, o turismo; ou outras que se anunciam, quer pelo alargamento da plataforma de soberania, seja pela emergência de novas tecnologia, como as energias, ou a exploração dos vastos recursos minerais e biológicos. Argumenta-se igualmente da necessidade de novos olhares para o mar em função da sustentabilidade ambiental, das transformações ambientais, da sobrevivência da humanidade. Em todos os argumentos não poderá deixar de se considerar a importância da faixa costeira nacional e das suas regiões autónomas, espaço onde se concentram a maioria da população e das suas atividades económicas. Como salientou Pitta e Cunha, ainda que o mar seja mais observado do que usufruído, a sua relevância é uma evidência.



Mas como também temos vindo a chamar atenção, a evidência desta relevância, que tem vindo a ser reconhecida de forma crescente por diferentes atores está ainda longe de ser unânime. Não afirmamos que não seja, ou que possa vir a ser consensual. Apenas notamos que existem ainda obstáculos à sua afirmação como grande desígnio estratégico. Bastará por exemplo notar que ao nível da Política Nacional de Ordenamento do Território (Portugal, 2007), um instrumento que define o modelo territorial a Estratégia para o Mar é considerada um objetivo específico (op. cit., 22), o sétimo objetivo entre onze, ao mesmo nível de outras políticas setoriais como a água ou a energia. O modelo de Território como salientámos no anexo I centra-se no território esquecendo grande parte do espaço marítimo.

Podemos considerar que na análise do modelo do território, confrontado a Estratégia do Mar com a Estratégia de Política de Ordenamento conflituam duas

visões do território. Uma visão, que poderemos considerar clássica em termos de urbanismo, procurando apresentar uma visão (que é sempre política) de futuro a partir da qual se formam as ações e as medidas. Uma visão que procura fundamentar-se nos problemas do presente para projetar no futuro (aqui apresentado como o horizonte de 2025). A visão da Estratégia para o Mar é outra visão que podemos aqui considerar como Emergente. Ela, embora o seu Plano de Ordenamento não tenha sido efetuado, como Plano Setorial deverá ser compatibilizada com a visão da Estratégia de Política de Ordenamento. E sem dúvida que o poderá ser. Aqui a questão que queremos realçar é esse conflito que decorre do posicionamento da observação dos objetos. Ou um território continental, visto como espaço de equidade pura, ou um território continental visto como um espaço de equidade discriminada. No nosso ponto de vista a Estratégia para o Mar ganharia em apresentar uma nova ambição do ordenamento do território construída a partir da sua matriz atlântica construída a partir duma geopolítica da cultura do mar.



Um outro elemento conclusivo que nos parece de realçar no âmbito da proposta de um recentrar o paradigma estratégico no mar (ou de valorização como híper cluster), e como de resto tem vindo a ser apontado por vários atores de refletem sobre esta questão é a oportunidade que ele oferece de se desenvolverem novos processos de governação. Nesse novos processos de a partir dele se desenvolverem novos processos de governação. É sabido os graves problemas existentes nos processos de regulação económica europeia. A Crise do setor financeiro, neste momento, para além duma limitação da soberania e Portugal, é um sinal da necessidade de se introduzirem alterações nos modos de regulação das economias. Debatem-se hoje questões complexas e apresentam-se propostas de difíceis compromissos. A arquitetura europeia é instável, e constitui uma experiencia de integração única, para a qual não existem exemplos históricos. As partilhas de soberania são caminhos lentos de construção de confiança e de objetivos comuns.

Mas tem sido nesse espaço que se tem construído também novos processos de governação no qual se aprofundam as relações entre governante e governados. A lógica de representação política herdada do século XVIII dispõe hoje de processos e de tecnologia que permite, por exemplo o desenvolvimento de

processos participativos onde a distância entre governantes e governados é cada vez mais curta. É nesse sentido que o desafio do paradigma estratégico pode assumir relevância. Como um espaço poderão não só reconstruir processos de participação verticais, como também permite o desenvolvimento de visões holísticas, construídas horizontalmente, seja entre comunidades, seja entre serviços de governação. Ao longo do trabalho pudemos verificar, que embora isso tenha vindo a ser reconhecido e valorizado, ainda está longe de ser uma prática. Como oportunidade dependerá naturalmente de quem tomar em mãos esses processos.

Ainda no âmbito desta segunda conclusão, vale a pena acentuar que olhar para o novo paradigma com base numa geocultura do mar permite visualizar processos e formas de organização matriciais. Estas formas de organização matricial são mais ajustáveis ao conjunto social (ligadas



horizontalmente e pouco extensa em hierarquias, orientadas para missões pontuais) do que as cada vez mais arcaicas estruturas de governação hierárquicas. Este tipo de estruturas são flexíveis e ajustam-se mais adequadamente aos processos de transformação que foi revelado sobre tradicionais ameaças sobre o território.

Decorrente destas oportunidades uma terceira conclusão sobre e um possível contributo deste trabalho para o debate. O lugar das heranças do mar no âmbito deste novo olhar. Como verificamos, ao longo da nossa viagem, o mar é hoje um espaço de elevada atração para residência e para lazer. Para além do potencial de recursos que têm, da sua biodiversidade e contributo potencial para o futuro, ele é já hoje um importante espaço de produção económica. Portos, pescas, energias, aquacultura, investigação científica, produtos alimentares e farmacêuticos são apenas algumas dessas oportunidades que já hoje são aproveitadas. Ao longo deste curso tivemos oportunidade de visitar e contactar com a Marinha portuguesa, tomamos conhecimento das suas missões e das suas formas de organização. Trata-se dum recurso com conhecimento e capacidade para cumprir com as suas funções de defesa e segurança necessária a proteção do país, dos sistemas de aliança e dos aliados, fundamental. Dispõe além disso de capacidade de investigação própria e um importantíssimo acervo de investigação.

Efetua ainda um conjunto de missões no âmbito da autoridade marítima nacional, fundamentais para muitas atividades. A marinha é um parceiro incontornável para analisar as heranças.

Mas há também outros homens do mar: os pescadores. Entre os trabalhos de Baldaque da Silva no final da centúria de oitocentos e o país atual verifica-se uma transformação acentuada desta comunidade. Poderemos dizer, que entre a emergência das pescas, como suporte da atividade industrial, e o desaparecimento da frota pesqueira, verificaram-se alterações profundas nos modelos de especialização económica. Muitos dos equipamentos de memória que visitamos acabam por ter nas pescas um motivo gerador. Modos de pesca

chamados de tradicionais, de costa ou de alto mar; de embarcações, de pesca ou de transporte; de testemunhos biográficos de tecnologias. Trata-se duma "tradição" que a memória procura fixar. Uma tradição que vai subsistindo aqui e acolá, umas vezes ainda como modo de vida, outras mais como reinvenções das tradições. Seja através de arte seja através das festas, a tradição dos homens do mar lá vai afirmando-se, nuns casos como atração turística, noutros casos como formas de viver o presente.



Estas comunidades raramente emergem nos vários relatos sobre a reorientação do paradigma. Mas eles constituem um importante ativo nessa economia do mar. São detentores de saberes empíricos que podem ajudar bastante o futuro. Quando afirmamos que o país olha para o mar em vez de usar para o mar, estamos a esquecer que estes homens e mulheres continuaram, de acordo com as suas regras e tradições a usar o mar. E lá continuam a espera de reconstruírem as suas narrativas

A nossa conclusão é de que este "esquecimento das heranças do mar" tem mais a ver com a forma como olhamos para o futuro do que com o aproveitamento dos recursos do presente. Por esse motivo, consideramos que a proposta estratégica de recentrar Portugal no mar deveria incluir um programa de trabalho com as memórias das comunidades marítimas. Estas comunidades poderiam constituir pontos nodais duma rede de recurso humanos voltados para a exploração do mar.

Como se poderia constituir essas redes é um tema que transcende este trabalho. No entanto, olhar para os espaços de comunidade marítimos na busca

das suas narrativas é também um processo de implicar as comunidades no seu futuro, de desenvolver novos modos de governação. Resgatar o esquecimento é sobretudo olhar para o presente como possibilidade de ação. Concluímos com esta proposta incluir a “poética do espaço marítimo” no âmbito das estratégias de afirmação para o mar. Um desafio para reconstruir uma geopolítica cultural como vetor de afirmação da soberania e construção do bem-estar.



Bibliografia

- Agência Portuguesa do Ambiente, (2006). Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, Lisboa, Agência Portuguesa do Ambiente
- Alegria, Maria Fernandes e Garcia, João Carlos (1995). "Aspetos da Evolução da Cartografia Portuguesa" em Dias, Maria Helena (1995). Os mapas em Portugal: Da tradição aos novos rumos da cartografia, Lisboa, Edições Cosmos, pp 29-84.
- Anderson, Benedict (2005). Comunidades Imaginadas, Lisboa, Edições 70
- Bruno, Cristina (2004). "*As expedições em cenário museal*" em Expedição São Paulo: 450 anos, São Paulo Museu da Cidade de São Paulo
- Cajarabille, Victor Lopo (2009). "A Segurança no Mar Português" in O Mar no Pensamento Estratégico Nacional, in Nação e Defesa, Lisboa, IDN, nº 122, Primavera, pp 101-115
- Cardoso, Leonel (1981). "Defesa Nacional – Segurança Nacional" in Nação e Defesa, nº 17, Lisboa, IDN, pp 11-23
- Cardoso, Leonel (1985). "Defesa Nacional – Segurança Nacional" in Nação e Defesa, nº 25, Lisboa, IDN, pp 92- 106
- Choay, Françoise, (2005). Património e Mundialização, Évora Tipografia Lousanense
- Choay, Françoise, (2008). A alegoria do Património, Lisboa, Edições 70
- Comissão das Comunidades Europeias (2007). Uma Política Marítima Integrada para a União Europeia: Livro Azul, Bruxelas, Comissão Europeia
- Correria, Pedro Pezarat (2010a). Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol I, conceitos, Teorias e Doutrinas, Coimbra, Editorial Almedina
- Correia, Pedro Pezarat (2010b). Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol II, Análise Geoestratégica do mundo em conflito, Coimbra, Editorial Almedina
- Couto, Abel Cabral (1980). "Defesa Nacional: Alguns Problemas conceptuais" in Nação e Defesa, nº 16, Lisboa, IDN, Out-Dez, pp 11-19
- Couto, Abel Cabral (1988). Elementos de Estratégia, Lisboa, Instituto de altos Estudos Militares
- Couto, Abel Cabral (2007). "Aron e a Teoria da Estratégia" em Raymond Aron: a Paz e a Guerra no século XXI, Lisboa, IDN, Coleção Atena., pp 83-99
- Cunha, Tiago Pitta e (2011). Portugal e o Mar, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Dougherry, James E. e Pfalzgraff, Robert L. (2003). Relações Internacionais, Lisboa, Gradiva
- Fernandes, António Horta (2004) "*O pensamento estratégico português*" in Nuno Severiano Teixeira, dir. Nova História Militar Portuguesa, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores

Fernandes, António Horta (s/d). A cultura estratégica em Portugal: A Escola Estratégica Portuguesa, Lisboa, Draft do Grupo de Reflexão sobre a Revisão da Estratégia Europeia de Segurança

Filipe, Graça (2001). "Promoção do Património Fluvial e Marítimo no Estuário do Tejo", Comunicação apresentada ao I Congresso sobre Património Marítimo Europeu em Barcelona (documento não publicado)

Filipe, Graça e Curtinhal, Elisabete (2010). "Patrimónios, Culturas Marítimas e Práticas Museais": Comunicação apresentada ao II CITCOM com o tema Mar, Patrimónios e Representações, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Fruthof, Thedo (2007). "The maritim Heritage movemnte in Europe" Comunicação ao 7º Congresso sobre Patrimónios Marítimo na Europa, Seixal Garrido, A. e Alves, Fernandes, coord, (2009) Octávio Lixa Filgueiras – Arquitecto de Culturas Marítimas, Lisboa, Âncora Editora

Garrido, Álvaro (2010). "O museu marítimo de Ílhavo: culturas marítimas e conservação memorial" em, Atas da Conferencias Museus e Sociedade, Câmara Municipal de Caminha

Garrido, Álvaro (2010). "Políticas para o mar português" in Moreia, Matia e Marques (2010), Políticas Publicas do Mar" Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian /Esfera do Caos, pp

Guedes, Armando Marques (2005). Estudos Sobre Relações Internacionais, Coimbra, Livraria Almedina, Coleção Biblioteca Diplomática.

Guedes, Armando Marques (2006) "Pensamento Estratégico Nacional: Que Futuro", in Pensamento Estratégico Nacional", Lisboa, IDN, Coleção Atena 21, pp 241-295

Guedes, Armando Marques (2010). "A linha da frente? Do sudoeste dos Balcãs à Ásia central" em Relações Internacionais, Lisboa, Prefácio, pp 115- 153

Guerra, Isabel C. (2006) Participação e Acção Colectiva: Interesses, Conflitos e Consensos, Oeiras, Principia, 173 páginas

Huntington, Samuel P. (2009). O choque de Civilizações, Lisboa, Gradiva, 4ª edição

Keegan John (2009). Uma História da guerra, Lisboa, Tinta-da-china

Lacoste, Yves (1977). A geografia serve antes do mais para fazer a guerra, Lisboa, Iniciativas Editoriais

Lacoste, Yves (2006). A Geopolítica do mediterrâneo, Lisboa, Eduções 70

Leite, Pedro (2000). "Turismo e cultura – as rotas do atlântico " em Sociedade e Território, nº 32 Madeira – Recursos para um novo ciclo de desenvolvimento, Porto, Edições Afrontamento, pp 19-30

Leite, Pedro Pereira (2009). Ventos do Suão: memórias das pescas no Algarve, Lisboa, Marca D' Água.

Leite, Pedro Pereira (2011a). Casa Muss-amb-ike: O compromisso no processo museológico, Lisboa, ULHT.

Leite, Pedro Pereira (2011b). "*Imagens dos Africanos nos Museus de Lisboa*" em Actas do IX Congresso de Ciências Sociais Luso-Brasileiros", Salvador da Baía, Campus Ondina.

Leite, Pedro (2012). Olhares Biográficos: A Poética da Intersubjetividade em museologia, Lisboa/Ilha de Moçambique, Marca D'Água.

Lopes, António Figueiredo, Teixeira, Nuno Severiano e Viana, Vítor Rodrigues, Coordenação (2012). Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional N.º, Lisboa, IDN, Coleção Atena nº 28.

Loureiro, Adolpho (1909). Os portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes, Lisboa Imprensa Nacional.

Martins, Guilherme de Oliveira (2009). Património, Herança e Memória: a cultura com criação, Lisboa Gradiva

Martins, Luís (1997). "Baldaque da Silva e a identificação das Comunidades Costeiras, em Etnográfica, volume I, Lisboa, ISCTE, pp 271-293

Martins, Luís (2007). Mares Poveiros: Histórias, ideias e estratégias de pescadores da Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim/ Academia de Marinha.

Matias, Vieira, (2009). "A clusterização da Economia Marítima", em Nação e Defesa, nº 122, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, pp 9-23

Matias, Vieira, Moreira, Adriano e Marques, Viriato Soromenho (2010). Políticas Publicas do Mar (2010). Atas do colóquio, Lisboa Esfera do Caos

Ministério da Defesa Nacional (2012). "Decreto Regulamentar 41/2012 de 16 maio" em Diário da República, 1ª Série, nº 95 de 16 de maio de 2012, pp 2553-2555

Moreira, Adriano (2000). "A situação internacional portuguesa" em Analise Social, volume 35, Lisboa, ICS, pp 315-336.

Moreira, Adriano (2008). "*Portugal e a geopolítica da interculturalidade*" em Gil, Isabel Capelo et al, (2008). Desafios da Identidade, volume 4, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural /Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão de Língua Portuguesa, pp 291- 338

Nações Unidas (1982). Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar, New York, UNO

Nora, Pierre (1984). Les Lieux de Mémoire, Paris, Gallimard, 3 volumes

Nye, Joseph S. Jr. (2002), Compreender os Conflitos Internacionais, Lisboa Gradiva

Pasquino, Gianfranco (2009). Curso de Ciência Política, Oeiras, Principia

Peralta, Elsa (2008). A memória do Mar. Património, Tradição e (Re) Imaginação Identitária na Contemporaneidade, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas UTL, 455 páginas

- Peralta, Elsa e ANICO, Marta (2006). Patrimónios e Identidades, Oeiras, Celta Editora, 217 páginas
- Peralta, Elsa, (2006). Memória Cultural e (Re)Imaginação Identitária em Contextos Culturais Portugueses: Ílhavo A Construção da Tradição do Mar na Esfera Pública, Lisboa, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Especialidade de Antropologia Cultural, 2 volumes, 547 paginas
- Pereira, José António Rodrigues (2007). O Museu de Marinha e a Proteção do Património Marítimo Português, Comunicação apresentada o 7º Congresso Europeu de Património Marítimo, Seixal
- Pessoa, Fernando (1997). Mensagem, Lisboa, Assírio e Alvim
- Portugal, Governo de (2007). Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, Relatório e Programa de Ação
- Pureza, José Manuel (1998). O Património comum da humanidade, Porto, Edições Afrontamento.
- Pureza, José Manuel (2001). Para uma cultura de Paz, Lisboa Quarteto
- Pureza, José Manuel (2010). A sociedade internacional e os limites da soberania” em Relações Internacionais, Lisboa, Prefácio, pp 33-40
- Pureza, José Manuel (2011), “O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz” in Revista de Relações Internacionais, nº 32, Lisboa, pp 5-21.
- República Portuguesa, (2007). Estratégia Portuguesa para o Mar, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional /Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar
- Ricoeur, Paul (2000). La memorie, l’histoire, l’oublie, Paris Editions du Seuil
- Ruivo, Mário e Gameiro, Maria Inês (2009) “O Mar nas Mentalidades Nacionais. Mistério/ Descoberta/ Desenvolvimento Sustentável” in Nação e Defesa, Lisboa, IDN, nº 122, Primavera, pp 79-86
- Sacchetti, António Ferraz (2009). “O Pensamento Estratégico e o Mar” in O Mar no Pensamento Estratégico Nacional, in Nação e Defesa, Lisboa, IDN, nº 122, Primavera, pp 117- 126
- SaeR (2009). O hypercluster da Economia do Mar: Um domínio potencial estratégico para a economia portuguesa, Lisboa, Relatório (www.cienciaviva.pt)
- Sancho Querol, Lorena (2010).A Função Social do Património Marítimo Português, in Cadernos de Sociomuseologia nº 35, Lisboa, ULHT
- Santos, Boaventura de Sousa (2002). A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiencia, Porto, Edições Afrontamento
- Santos, Boaventura Sousa (2006). A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, J. Loureiro dos (2012). Forças Armadas em Portugal, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Seixal, Ecomuseu (2007). InfoMar: Informação de Museus dobre Culturas e Temáticas Marítimas, nº 1, Seixal, Ecomuseu do Seixal

- Seixal, Ecomuseu (2010). Recomendações do 7th European Maritim Heritage Congress, Realizado em 23 e 24 de Setembro de 2010
- Seruca, Dorilo (1999). As pequenas Comunidades Piscatórias do Sul, Faro, Direção Regional de Pescas e Aquicultura
- Silva, A. A. Baldaque da (1889). Roteiro Marítimo da Costa Occidental e Meridional de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional
- Silvano, Filomena (1988). Identidades Regionais e Representações Colectivas do Espaço, Lisboa, Tese de Mestrado em Antropologia Cultural e Social, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 341 páginas
- Silvano, Filomena (2001). Antropologia do Espaço, Oeiras, Celta
- Telo, António José, coord (2009) O Mar no Pensamento Estratégico Nacional, in Nação e Defesa, Lisboa, IDN, nº 122, Primavera.
- Vargas, António Pinho (2011). Música e Poder: para uma sociologia da ausência na música portuguesa no contexto europeu, Coimbra, Edições Almedina
-



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FCT:SHRH/BPD/76601/2011



Viagem pelas heranças do mar

